

Inspired by water..

OLI



Relatório Anual 2014



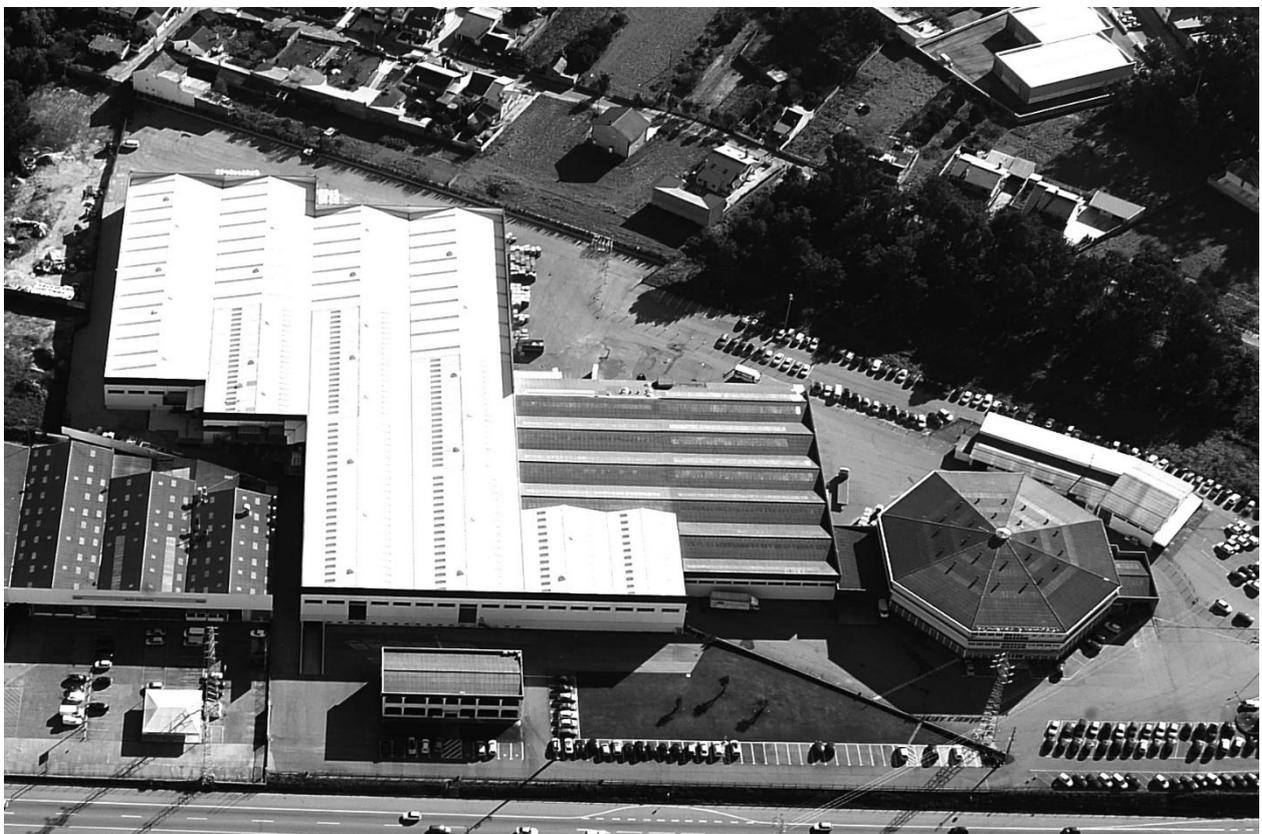
Índice

I. Relatório de Gestão.....	3
II. Relatório do Conselho de Administração - Contas individuais.....	4
1. Envolvente económica e desempenho.....	4
2. Evolução da atividade ao longo do exercício de 2014.....	5
3. Perspetivas para o exercício de 2015.....	7
4. Análise económica e financeira.....	9
5. Investigação, Desenvolvimento e Inovação.....	11
6. Marketing.....	13
7. Capital humano.....	15
8. Política de Dividendos.....	17
9. Proposta de aplicação de resultados.....	17
10. Proposta de comparticipação nos Lucros ao Conselho de Administração.....	17
11. Sector Público Estatal.....	18
12. Agradecimentos.....	18
Anexo ao Relatório do Conselho de Administração.....	19
III. Demonstrações financeiras – Contas Individuais.....	20
IV. Anexo às Demonstrações Financeiras – Contas individuais.....	24
V. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais.....	49
VI. Certificação Legal de Contas – Contas Individuais.....	50
VII. Relatório do Conselho de Administração – Contas Consolidadas.....	52
VIII. Demonstrações financeiras consolidadas.....	57
IX. Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas.....	61
X. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas.....	78
XI. Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas.....	79



I. Relatório de Gestão

Nos termos do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais apresentamos, com referência ao exercício económico de 2014, o Relatório de Gestão e as contas do exercício da sociedade Oliveira & Irmão, SA, com sede na Travessa do Milão, Freguesia de Esgueira, Concelho de Aveiro, pessoa coletiva n.º 500.578.737, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro sob o mesmo número, com o capital social integralmente realizado no valor de 10.000.000 euros, a que correspondem 2.000.000 ações, no valor nominal de 5 euros cada.



www.oli.pt

II. Relatório do Conselho de Administração - Contas individuais

1. Envolvente económica e desempenho

Nota do Presidente

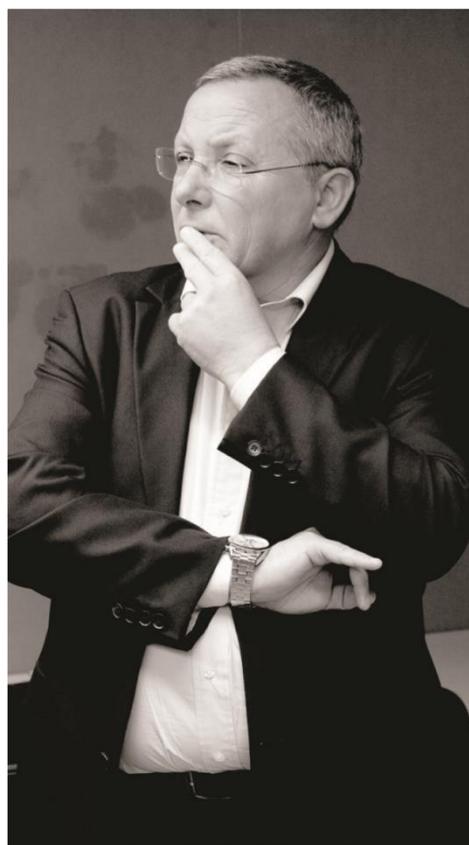
A crise de 2008 e sequelas (ainda presentes) trouxeram o desmoronar de certezas e paradigmas que pareciam inabaláveis. Ainda hoje assistimos à procura das causas e das soluções para a crise...

As economias dos mercados em que estamos mais profundamente inseridos continuam a procurar sair da estagnação sem certezas de qualquer ordem. A crise veio ainda agravar algumas doenças que se vinham manifestando antes do eclodir dessa mesma crise (quicá precursoras da mesma!). Refiro-me sobretudo ao aumento das desigualdades na distribuição dos rendimentos e ao aumento da pobreza. Pior: o trabalho (e o emprego) deixou de ser (até na Europa!) garantia de fuga à pobreza.

Não podemos viver de consciência tranquila numa sociedade em que as desigualdades aumentam assustadora e ruinosamente! Os nossos produtos não encontrarão mercado em economias em que os rendimentos não asseguram a manutenção de padrões e qualidade de vida minimamente decentes...

Não obstante a crise e os caminhos tortuosos que as sociedades ditas desenvolvidas percorrem, a vida dos negócios continua... As fusões e aquisições continuam e estão bem vivas no nosso meta-sector. Estas fusões e aquisições acrescentam mais algumas incertezas àquelas que a política económica e a macro economia trouxeram.

A todas estas incertezas responderemos com as poucas certezas que temos. Entre essas, a mais importante, a de que o futuro se faz com trabalho, determinação e respeito por tudo e por todos, adaptando-nos contínua e atempadamente às surpreendentes novas realidades do presente!





No ano passado comemorámos, com alegria, dentro e fora de portas, os 60 anos da fundação da empresa. Empenhar-nos-emos na preservação da memória dos fundadores, transmitindo à nova geração, já afincadamente a trabalhar connosco, os princípios de seriedade, de determinação e de trabalho que herdámos.

2. Evolução da atividade ao longo do exercício de 2014

Distribuição nacional e PALOP's

As vendas deste processo (que incluem as vendas em Portugal e PALOP's das mercadorias que compramos e dos produtos que fabricamos) representaram 21% do total das vendas da empresa (contra 23% em 2013) e apresentaram em 2014 uma diminuição de 4,4% em relação a 2013 (ano em que aumentaram relativamente a 2012).

Analisando a desagregação por famílias notamos um aumento de vendas dos produtos fabricados (principalmente na família de autoclismos interiores). A atividade comercial pura (compra e venda) perdeu peso e valor relativamente a 2013 representando apenas cerca de 9% do total do volume de negócios (fora de 11% em 2013 e cerca de 10% em 2012).

As vendas para os PALOP's apresentaram uma queda significativa principalmente devido a um fraco desempenho no mercado angolano.

As vendas nos PALOP's, que vinham adquirindo um peso cada vez maior nas vendas deste processo, desaceleraram na sequência de alguns problemas de liquidez nalguns destes países. Este fenómeno afetou ainda, indiretamente, as vendas no mercado nacional, porquanto algumas das vendas feitas na distribuição normal em Portugal teriam como destino final os PALOP's.





Exportação e vendas a cerâmicas nacionais

As vendas deste processo tiveram um bom desempenho com um crescimento de quase 10% divididos como a seguir indicamos.

As vendas de produtos industriais a cerâmicas nacionais apresentaram uma quebra de cerca de 9%.

A exportação de produtos industriais apresentou um crescimento de cerca de 10%, mais ou menos homogêneo em todas as regiões, embora esse crescimento apresentasse maior ênfase no Médio Oriente e em África, como resultado de um nosso acrescido esforço de promoção e venda nestas regiões.

Conclusão e resumo dos principais indicadores económicos do exercício

As vendas globais atingiram o valor de € 42.322.188 o que representa um crescimento de 5,6% face ao ano anterior. Analisando a divisão entre mercado interno e mercado externo, temos:

- Mercado interno: € 9.361.832 (22% do total da nossa faturação) o que significa uma diminuição de 0,4% em relação a 2013
- Mercado externo: € 32.960.356 (78% do total da nossa faturação) o que significa um aumento em valor absoluto de 7,5% em relação a 2013.

Por atividades, a desagregação das vendas totais é:

- A atividade industrial representou 79% das vendas totais
- A atividade comercial representou 21% das vendas totais

Em termos de rentabilidade verificou-se uma significativa melhoria, tendo o resultado líquido atingido € 2.850.032 (contra € 1.421.928 em 2013). Este resultado é consequência dos seguintes fatores principais:

- Resultado da atividades industrial e comercial: € 2.332.123 (contra € 1.003.397 em 2013), fruto do crescimento da atividade evidenciado e do aumento da margem bruta em cerca de 13%, equivalente a 3,4pp. Do lado dos custos procuramos aumentar a eficiência na alocação dos nossos recursos e mantivemos a nossa política de procura de soluções alternativas mais competitivas, por forma a manter a nossa competitividade. Dois fatores adicionais contribuíram para este desempenho: por um lado a descida dos gastos de financiamento que beneficiaram não só de uma conjuntura mais favorável nos mercados das taxas de juro, mas também da descida do nosso nível de endividamento. Por outro lado, a nossa fatura fiscal beneficiou do reporte de benefícios de anos anteriores e dos benefícios como o SIFIDE que valorizam o nosso esforço de investigação e desenvolvimento.
- Resultado da atividade imobiliária: € -197.138 (contra € -131.686 de 2013). O resultado desta atividade, cada vez mais residual, sofre este agravamento por via da antecipação de perdas e



registo da respetiva imparidade em negócios de venda de apartamentos que já ocorreram em 2015.

- Resultados das participadas € 715.047 (contra € 550.217 em 2013). Duas das nossas participadas contribuem para este aumento de resultado pela positiva, a OLI Itália e a Moldaveiro. As participadas Soplasnor e Nuno & Gradeço, em fase de liquidação já quase não tiveram impacto neste desempenho.

3. Perspetivas para o exercício de 2015

Atividade Comercial (Mercado Nacional e PALOP's)

Mercado interno

As perspetivas para o Mercado Interno são modestas.

Por um lado, a economia continua sem sinais de recuperação e estão ainda longe de aparecer os desejados efeitos positivos da suposta transformação estrutural da economia e das supostas reformas efetuadas.

Por outro lado, a atividade da construção demorará muitos anos a recuperar do “trauma” dos últimos anos, ao mesmo tempo que a reabilitação não consegue descolar e passar de uma quimera adiada!

Por outro lado ainda, a nível do comércio de materiais de construção a atividade está longe de estar normalizada e estabilizada. A dependência casuística de nichos de mercado imprevisíveis e difíceis de controlar (vendas isoladas para mercados externos, por exemplo) e, eventualmente insustentáveis, deixam-nos alguma preocupação, ao mesmo tempo que os problemas de liquidez, que tiveram origem no desinchar da bolha imobiliária, estão longe de estar assimilados.

O equilíbrio entre distribuição tradicional e distribuição moderna está longe de ser encontrado. A desproporção de meios (financeiros e outros) ao dispor de uma e outra realidade vai favorecer, cremos, o contínuo aumento de quota de mercado da distribuição moderna e diminuir o equilíbrio de forças entre oferta e procura. Teremos cada vez menos interlocutores e, por essa via, as vendas concentradas em menos e mais fortes atores.

Mercado externo

Para a nossa atividade comercial, o mercado externo resume-se aos PALOP's. Aqui o mercado angolano tinha uma importância preponderante, mas os recentes problemas daquela economia quase inviabilizam

esta atividade. Esperamos que o mercado de Moçambique mantenha a estabilidade e crescimento, embora a dimensão deste mercado não seja de modo a compensar a diminuição do mercado angolano.

Atividade Industrial

Mercado Interno

A venda no mercado interno a indústrias cerâmicas tem um peso cada vez menor no total das vendas da atividade industrial. Não prevemos alterações significativas no exercício de 2015, sendo crível que venhamos a verificar um ligeiro aumento das vendas neste capítulo.

Mercado Externo

Prevemos, genericamente, uma evolução positiva das vendas neste mercado. Achamos que está chegada a hora de vermos resultados da política de diversificação geográfica e de segmentação e de especialização que encetámos nos últimos anos.

As alterações no mercado referidas no início deste relatório terão algumas consequências, mas achamos que não haverá significativas alterações em termos de volume de negócios, sendo, porém, expectável algumas mudanças, quer na nossa estratégica, quer na repartição do negócio pelos vários canais de venda.

De facto, estando em curso um amplo reajustamento do mercado, não poderemos ficar imunes a estas mudanças, mas cremos ser capazes de aproveitar algumas das oportunidades que este reajustamento proporcionará!



Cremos que, em volume de negócios, a divisão equilibrada entre vendas a *OEM (original equipment manufacturers)* e a outros canais se deverá manter em 2015, mas poderá experimentar variações nos anos seguintes. No que respeita aos *OEM* estamos a procurar concluir novas parcerias, em novas zonas geográficas de modo a diminuir a centralidade europeia dos nossos negócios.

Continuamos a procurar a melhor fórmula para a nossa organização das vendas, mas as mudanças iniciadas indiciam estarmos no bom caminho, com a interação com clientes e mercados a presentear níveis



de satisfação e rendimento interessantes. Por fim queremos referir que estamos a melhorar o posicionamento dos produtos da marca OLI, procurando posicioná-los na taxa média alta, fazendo jus à qualidade técnica e estética dos novos desenvolvimentos.

Em conclusão prevemos um aumento de vendas, no sector industrial, na ordem dos 10%.

4. Análise económica e financeira

Análise económica

Tal como já referido, em 2014 a OLI registou um aumento de vendas na ordem dos 5,6%. Este aumento deve-se exclusivamente ao aumento das vendas no mercado externo, que aumentaram 7,5%. As vendas no mercado interno registaram uma ligeira quebra de 0,4%. Este aumento de vendas foi acompanhado de um aumento da margem bruta, fruto de uma conjuntura favorável do preço das matérias-primas e do potenciar de vendas de produtos com maior valor acrescentado. Em termos absolutos a margem aumentou 2,5M€ o que representa um crescimento de 13,3%. O resultado foi um aumento da margem em percentagem das vendas de 47,2% em 2013, para 50,7% em 2014.

Em termos de gastos de exploração verificou-se um aumento em termos globais, na ordem dos 1,1M€, o que corresponde a 5,9%. A rubrica que mais aumentou foram os gastos com pessoal fruto não só do aumento da atividade e do número de colaboradores, mas também de um aumento salarial concretizado em meados do ano. Esta rubrica aumentou cerca 900.000 euros face ao ano anterior.

Os Fornecimentos e Serviços Externos aumentam cerca de 300.000 euros de um ano para o outro, correspondentes a 4% em termos relativos. Este aumento acompanhou o aumento da atividade e deriva principalmente do aumento de gastos de promoção comercial e marketing e de gastos de investigação e desenvolvimento. Para este desempenho contribui ainda um conjunto de ações de monitorização e de procura de reduções de custos que melhorassem a nossa competitividade.

Outra rubrica que contribui para o aumento dos gastos de exploração são as imparidades, nomeadamente relacionadas com a atividade imobiliária e com as dívidas dos clientes. A primeira assenta no facto de a empresa ter decidido refletir perdas já assumidas com a venda de imóveis concretizadas ou a concretizar em 2015. A segunda diz respeito a dívidas de clientes que se mostram de difícil cobrança, pelo que conservadoramente foram aqui incluídas. Estas duas rubricas em conjunto atingem perto de 420.000 euros, correspondendo 250.000 à primeira e 170.000 euros à segunda.



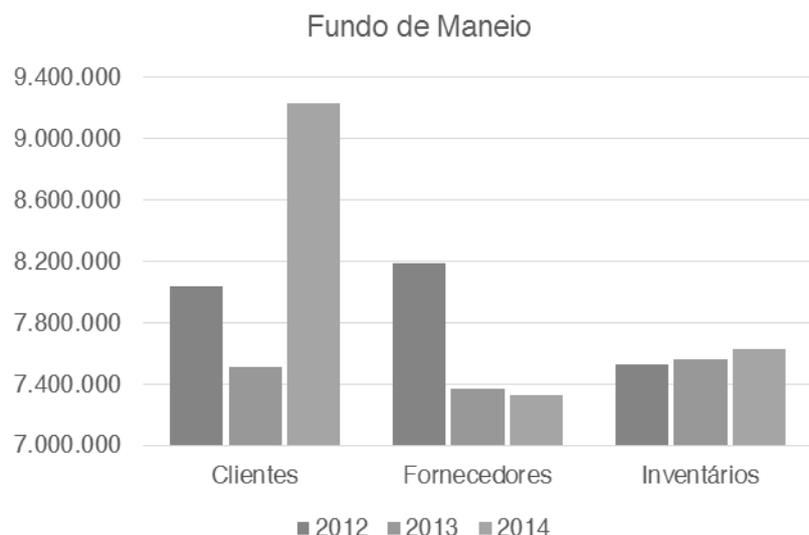
Em sentido contrário, os gastos de financiamento reduziram 430.000 euros fruto não só da redução do endividamento, mas essencialmente da redução das taxas de juros e spreads praticados pela generalidade do sistema bancário e pelo facto de termos deixado de ter impactos negativos derivados dos contratos de cobertura de taxa de juro que se extinguiram em 2013.

O efeito conjugado do aumento da atividade e da margem bruta, assim como da evolução dos gastos de exploração permitiu melhorar os níveis de rentabilidade da OLI. O *EBITDA* registou um aumento de quase 1M€, ou seja, cerca de 20% face ao ano anterior. Em termos relativos e comparando com as vendas, o rácio evoluiu de 12,5% para 14,2%. O *cash-flow* registou um aumento de 44% passando de 3,9M€ em 2013 para 5,7M€ em 2014.

Capital Investido

No que toca ao investimento em fundo de maneo e depois da descida das necessidades de fundo de maneo nos últimos anos, esta variável em 2014 sofreu uma inversão fruto essencialmente da evolução da rubrica dos clientes. As rubricas de fornecedores e de inventários estabilizaram. A evolução na rubrica

de clientes é explicada em parte pela maior exposição a clientes de geografias onde culturalmente se praticam condições de pagamento mais alargadas. A diversificação de mercados que a empresa está a adoptar, fazem aumentar as vendas em mercados onde se paga mais tarde e onde é difícil impor os padrões europeus de pagamento.



No que diz respeito ao investimento em ativo fixo este cifrou-se em 2014 em 3,3M€ o que representa um aumento 30% face a 2013. Os investimentos concentraram-se em 4 áreas:

- Edifícios – 28%
- Moldes – 27%
- Equipamento produtivo – 27%
- Os restantes 18% dividiram-se pela aquisição de equipamento administrativo e de transporte.



Análise financeira

Tal como referido a empresa registou em 2014 um aumento dos meios libertos aumentando o cash-flow em cerca de 1,7M€ (+44%). Este aumento dos meios libertos, conjugado com a evolução do capital investido permitiu à Oliveira & Irmão continuar a diminuir o seu endividamento bancário, tendo encerrado 2014 com um endividamento líquido de 15,1M€ (menos 0,6M€ face a 2014).

Esta redução do endividamento conjugada com o aumento do *EBITDA* permitiu reduzir o rácio do endividamento sobre o *EBITDA* de 3,1 em 2013 para 2,5 em 2014.

Rubrica	2013	2014
Net debt	15.733.776	15.137.604
Net debt / EBITDA	3,1	2,5

A descida do endividamento conjugada com as melhores condições de financiamento que a empresa conseguiu concretizar junto mercado bancário permitiram reduzir os encargos financeiros associados ao financiamento em cerca de 0,4M€, correspondentes a -37%. Para este fator contribuiu também o facto dos contratos de fixação de taxa de juro que vinham penalizando esta rubrica, terem terminado em meados de 2013.

Em termos de estrutura de capitais a empresa manteve a sua política de otimização da estrutura procurando financiar o investimento em ativo fixo e as necessidades permanentes do fundo de maneo com recurso a financiamento de médio e longo prazo e financiar o ciclo de tesouraria com recurso a instrumentos de curto prazo. Neste sentido, em finais de 2014, os capitais permanentes representavam 108% do ativo não corrente, ao passo que o passivo corrente representava 85% do ativo corrente.

A autonomia financeira aumentou de 45% em 2013 para 47% em 2014.

5. Investigação, Desenvolvimento e Inovação

Tendo em conta a conjuntura atual do mercado externo, torna-se imperativo reforçar a aposta que tem sido dada ao longo dos anos anteriores na Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI).

Constituído desde há mais de 20 anos, o departamento de ID na OLI detém atualmente, recursos humanos com uma vasta experiência no conhecimento técnico do produto e mercado. Este facto apresenta, no contexto atual, uma fonte de diferenciação relativamente a concorrência, proporcionando respostas com soluções inovadoras, tecnicamente evoluídas e acompanhamento técnico personalizado.

Assistiu-se em 2014 a um reforço na procura de novos mercados e novos clientes o que trouxe novos desafios no âmbito do desenvolvimento de novos produtos, exigindo soluções à medida de mercado/cliente, estabelecendo novos critérios de performance, qualidade, custo e prazo de resposta. Com o objetivo de responder a este desafio foi colocado em prática um processo de reformulação do processo de IDI.

Assumindo a estratégia de Inovação como parte integrante do ADN da empresa, a procura de novos conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento e comercialização de soluções inovadoras, continua a ter uma grande importância no processo de IDI. A OLI continua estabelecer parcerias relevantes com várias entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT) de forma a potenciar a criação de novos conhecimentos e acima de tudo, criar valor. Algumas destas parcerias têm vindo a ser implementadas ao longo dos anos tendo como suporte o Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE), em que parte do investimento associado ao projeto é comparticipada.

Nos últimos anos tem-se verificado que os produtos que constituem as casas de banho começam a apresentar soluções com componentes eletrónicos que interagem e ajudam o utilizador em várias funções integradas. A OLI já iniciou a comercialização de alguns produtos utilizando estas soluções. Em 2015 a OLI pretende continuar a desenvolver novos produtos com eletrónica incorporada, e pretende-se acompanhar esta evolução acrescentando funções inovadoras.



Ainda no âmbito de desenvolvimento de novas soluções e com o objetivo de agilizar o processo de desenvolvimento de produto, fez-se um trabalho exaustivo na procura de novos processos de prototipagem rápida, consubstanciando-se no início da utilização de moldes híbridos.



Com o objetivo de proteger o conhecimento gerado no processo de IDI em 2014 foram registados 5 novos pedidos de patentes. Tal como em 2013, também em 2014 a OLI foi uma das empresas portuguesas que mais pedidos de patentes apresentou no Instituto Europeu de Patentes, 4 no total.

Em 2014 foi realizado um investimento considerável na remodelação do laboratório dos testes de vida,

sendo agora constituído por 6 bancadas cada uma com 12 postos de ensaio, em que para além dos testes com água potável segundo as normas EN, é possível testar os produtos com água da chuva, água salgada e água com alto teor em calcário. A OLI pretende assim, antecipar soluções para o futuro em que se prevê que a água potável será um bem escasso.

Para 2015 a OLI pretende continuar com o trabalho de desenvolvimento de novos produtos inovadores e apresentar novas soluções adaptadas aos novos clientes e mercados. Diversificar o número de mercados e por consequência clientes é crucial para manter e melhorar a performance da empresa.

6. Marketing

O ano de 2014 foi um ano de muito trabalho de base, quase todo pouco visível a olho nu mas que preparou e estruturou toda uma série de iniciativas e eventos realizados apenas no início deste ano de 2015. O lançamento do novo site foi um dos momentos marcantes desse envolvimento no que se refere às atividades do Marketing & Comunicação. Se os “olhos são o espelho da alma” o site www.oli.pt é uma das portas de entrada para tudo aquilo que somos e, sobretudo, para tudo aquilo que fazemos.



A nova ferramenta concretiza várias ambições de longa data da OLI, como a disponibilização da informação total de cada produto (entre especificações várias, fotografias, desenhos DXF, fichas técnicas, instruções de montagem e compatibilidades), que desta forma passa a estar, à distância de um clique, livre para consulta em qualquer altura do dia e para qualquer parte do mundo.

Também com o novo site, uma newsletter renovada. Com uma imagem claramente diferente mas que apresenta, tanto no mercado nacional como internacional, as notícias mensais mais relevantes da OLI no que se refere ao produto ou a toda a informação institucional, como por exemplo, a presença nas feiras mais importantes do mundo.

Falando em feiras, a OLI marcou forte presença em três dos principais certames mundiais: a Big5, a Mosbuild e a ISH. Esta última é, claramente, a referência no nosso setor. Realizada em Frankfurt, na Alemanha, de dois em dois anos, é o evento que mostra o ponto de ordem daquilo que se anda a fazer

em todo o mundo. Foi, por isso, o local indicado para lançarmos três novos produtos/conceitos que, esperamos, venham a ser também um sucesso no mercado e um exemplo em matéria de poupança e sustentabilidade.

Na mesma linha da ISH estivemos também presentes em outros dois eventos de carácter mundial: a Big5, no Dubai e a Mosbuild, em Moscovo. Feiras completamente distintas que comprovam a versatilidade dos nossos produtos e a nossa assertividade na aposta em nos adaptarmos à especificidade de cada mercado. É isso que nos distingue.



No entanto, a presença nas três feiras teve outra virtude importante na

prosecução da representação institucional que defendemos. Os nossos stands apresentaram-se com a mesma linha e o mesmo design, deixando sempre uma imagem de qualidade que já é reconhecida por quem participa e visita este género de eventos.

O ano não se fez apenas de grandes eventos. Também de outros, mais pequenos, mas com impacto tanto na empresa como na comunidade em que nos inserimos. A remodelação do jornal interno foi um desses momentos importantes. De “Olinforma” para o “MundOLI” mudou-se muito mais que um nome. Alterou-se também o conceito. Somos uma empresa global, vendemos e exportamos de Portugal para mais de 60 países dos cinco continentes. Somos por isso, uma empresa de dimensão mundial. Daí querermos mostrar a OLI pelo Mundo.

Depois, já a nível local, a comemoração do dia Mundial da Água. Um meio escasso que diariamente damos o máximo para ajudar na sua preservação. Podíamos ter apenas assinalado o dia, mas optamos por partilhar a nossa preocupação com a comunidade aveirense, realizando um “flashmob” em pleno Rossio, em Aveiro, que demonstrou não só a





“solidariedade e a união” de toda a “família OLI”, mas também a nossa imagem e a nossa marca. Foi um evento de sucesso que nos motivou e motiva a continuar a pugnar na construção de uma OLI inovadora e ambiciosa.

7. Capital humano

No final do exercício de 2014 o número de colaboradores era de 364, tendo-se verificado uma aumento de 1.4% relativamente à mesma data do ano anterior. O número de colaboradores variou ao longo do ano, por várias razões, entre as quais a necessidade de nos ajustarmos continuamente à evolução da carteira de encomendas. O mês com maior número médio de colaboradores foi o mês de Setembro e os meses de Abril, Maio e Junho foram os meses com menor número de colaboradores. Durante o exercício o número médio de colaboradores foi de 361 (aumento de 2.3% em relação a 2013).

O quadro que se segue apresenta dados comparativos dos anos de 2012 a 2014:

Recursos Humanos	2012	2013	2014
Número de trabalhadores no final do período	344	359	364
- sexo masculino	159	167	177
- sexo feminino	185	192	187
Número médio de trabalhadores ao longo do período	344	353	361
Idade média dos trabalhadores	37,1	38,4	39,0
Antiguidade média dos trabalhadores	12	12	12
Horas de formação totais	13.343	14.478	12.905
Média de horas de formação por trabalhador	39	38	35
Gastos com o pessoal	€ 8.342.971	€ 8.087.034	€ 9.025.853
Gastos médios por trabalhador	€ 24.253	€ 22.845	€ 25.002
VAB por trabalhador	€ 41.072	€ 37.128	€ 42.044
Taxa geral de absentismo	3,0	2,5	3,1
Índice de frequência dos acidentes de trabalho	Bom	Bom	Bom
Índice de gravidade dos acidentes de trabalho	Médio	Bom	Médio

Em Janeiro/2014 teve início um projeto de formação denominado PIC – OLI (Plano de Integração de Colaboradores na OLI) que tinha como objetivo definir um programa de integração dos atuais e dos novos colaboradores. Quisemos que os atuais colaboradores tivessem todos os mesmos conhecimentos de matérias que achamos importantes e queremos que os novos tenham, igualmente, esse conhecimento. As matérias abordadas foram o ambiente, segurança, qualidade, trabalho em equipa, comunicação, produto, matérias-primas, metodologias lean e desperdícios e por fim jogos de simulação (com legos e numa linha de produção de torneiras). Foram desenvolvidas 20 ações e 12 formadores internos deram a formação a cerca 280 formandos.



Em 2014 realizámos um conjunto de atividades (algumas integradas nas comemorações do 60º aniversário) com os nossos colaboradores como o almoço de aniversário da empresa (que decorreu no chão de fábrica), a pintura exterior e arranjos de uma escola do 1º ciclo que fica perto das nossas instalações, o 1º campeonato de vela, o convívio anual e a distribuição de cabazes por altura do Natal acompanhado com o tradicional bolo-rei.

Ainda em 2014 concluímos as obras de remodelação do novo espaço social na área fabril. Este espaço foi inaugurado no dia do aniversário da empresa.

Em 2015 vamos retomar as visitas dos nossos colaboradores a empresas de referência, com o objetivo de conhecerem outras realidades empresariais. Vamos, igualmente, desenvolver um conjunto de ações que visem simplificar os nossos princípios do sistema de gestão integrada. Pretendemos traduzi-los para comportamentos e atitudes claras para todos e transpor a sua aplicação ao nosso dia a dia. Para isso vamos realizar um conjunto de atividade lúdicas com todos os colaboradores.



8. Política de Dividendos

Face aos resultados apresentados e às perspetivas futuras de desenvolvimento da atividade a Oliveira & Irmão decidiu passar a fazer distribuição de dividendos.

O Conselho de Administração da Oliveira & Irmão decidiu propor em 2014 a distribuição de um dividendo de € 0,265 por ação, o que resulta num montante global de 530.000 euros.

9. Proposta de aplicação de resultados

Em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, designadamente o Artigo 66º, alínea f) e tendo em conta os demais preceitos legais, bem como o propósito de consolidar cada vez mais a sua estrutura de capitais próprios, propomos que o resultado líquido no valor de € 2.850.032,13 tenha a seguinte distribuição:

- | | |
|--|----------------|
| • Para Cobertura de resultados transitados | € 1.705.140,18 |
| • Para Lucros não atribuídos | € 614.891,95 |
| • Para Dividendos | € 530.000,00 |

10. Proposta de participação nos Lucros ao Conselho de Administração

Dado o bom desempenho obtido em 2014 vimos por este meio propor que seja distribuído, a título de participação nos lucros, aos dois Administradores Executivos do Conselho de Administração, o montante de € 213.498,52. Dadas as regras contabilísticas em vigor este valor já se encontra registado nos gastos com pessoal pelo que o Resultado Líquido já reflete esta proposta.



11. Sector Público Estatal

De acordo com o decreto-lei nº 411/91, cumpre referir que não há situações de mora relativamente a entidades do sector público estatal e não se verificam outras situações que impliquem referência obrigatória neste relatório.

Foram emitidas certidões comprovativas da situação regularizada, válidas à data de encerramento do Balanço, em 31 de Dezembro de 2014, junto da Administração Fiscal e da Segurança Social.

12. Agradecimentos

A todos os clientes, colaboradores e fornecedores, que ao longo do exercício findo connosco colaboraram e interagiram queremos reconhecer a maneira dedicada e diligente como, na generalidade, o fizeram. Às instituições financeiras queremos reconhecer o apoio dispensado e a confiança que em nós continuam a depositar.

Aos Órgãos Sociais, bem como aos auditores e consultores queremos reconhecer o permanente apoio e disponibilidade que sempre nos dispensaram, sendo importante a sua contribuição, não só para a obtenção dos resultados, como para a perspetivação das mudanças e melhorias em curso.

Aveiro, 10 de Abril de 2014

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Graça Maria Moura de Oliveira

PierAndreino Niboli

Federica Niboli



Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, declaramos os acionistas titulares de mais de um terço do Capital Social:

Acionistas	31/12/2014	31/12/2013
Valsir, Spa.	50%	50%
Oliveira & Irmão SGPS, Lda.	50%	50%



III. Demonstrações financeiras – Contas Individuais

Balanco individual em 31.12.2014 e 31.12.2013

EUR

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2014	31-12-2013
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	23,133,684	22,347,305
Ativos intangíveis	6	185,526	
Participações financeiras - Mét. equiv. patrimonial	5;11	6,825,533	6,110,486
Participações financeiras - Outros métodos	11	40,020	40,020
Outros Ativos Financeiros	5;17	4,763,243	4,762,500
		34,948,006	33,260,311
Ativo corrente			
Inventários	12;17	7,628,375	7,559,235
Clientes	17	9,232,965	7,511,758
Adiantamentos a fornecedores	17	8,201	134,382
Estado e outros entes públicos	17	689,820	765,131
Outras contas a receber	17	375,480	236,351
Diferimentos	17	210,119	140,748
Ativos não correntes detidos para venda	7	24,309	34,350
Caixa e depósitos bancários	4	579,470	359,754
		18,748,738	16,741,708
Total do Ativo		53,696,744	50,002,019
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	17	10,000,000	10,000,000
Reservas legais	17	2,000,000	2,000,000
Outras reservas	17	3,138,457	3,138,457
Resultados transitados	17	-4,128,289	-5,000,000
Ajustamentos em Ativos Financeiros	17	3,615,970	3,065,753
Excedentes de revalorização	7;17	7,627,062	7,627,062
Outras variações no capital próprio	10;17	136,303	143,937
Resultado líquido do período	17	2,850,032	1,421,928
Total do Capital Próprio		25,239,536	22,397,138
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	13	38,062	50,147
Financiamentos obtidos	8;9;17	11,999,094	11,196,836
Passivos por impostos diferidos	16	550,246	624,925
		12,587,402	11,871,908
Passivo corrente			
Fornecedores	17	7,325,506	7,367,822
Adiantamentos de clientes	17	245,043	284,116
Estado e outros entes públicos	17	382,712	320,009
Financiamentos obtidos	8;9;17	3,717,980	4,896,694
Outras contas a pagar	17	4,002,500	2,766,583
Diferimentos	17	196,065	97,750
		15,869,806	15,732,973
Total do Passivo		28,457,208	27,604,881
Total do Capital Próprio e do Passivo		53,696,744	50,002,019

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2014 e 31.12.2013

EUR

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	14;24	42,342,853	40,076,372
Subsídios à exploração	10;14	115,366	106,913
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	5	715,047	550,217
Variação nos inventários da produção	12	291,396	92,115
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	12	-21,171,715	-21,240,046
Fornecimentos e serviços externos	18;24	-7,147,223	-6,861,674
Gastos com pessoal	5;19	-9,025,853	-8,087,034
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	-247,421	
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	17	-170,256	-48,700
Provisões (aumentos/reduções)	13	-21,162	-26,805
Outros rendimentos e ganhos	14;15;20	932,537	1,089,372
Outros gastos e perdas	15;18;21	-616,198	-622,231
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5,997,372	5,028,500
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7;23	-2,375,131	-2,445,339
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3,622,240	2,583,161
Juros e gastos similares suportados	22	-724,442	-1,157,744
Resultado antes de impostos		2,897,798	1,425,416
Imposto sobre rendimento do período	16	-47,766	-3,488
Resultado líquido do período		2,850,032	1,421,928

Técnico Oficial de Contas

Conselho Administração



Demonstração Individual de Fluxos de Caixa do período findo em 31.12.2014 e 31.12.2013

EUR

Rubricas	Períodos	
	2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	41,076,064	41,500,830
Pagamentos a fornecedores	-28,616,037	-29,126,899
Pagamentos ao pessoal	-8,875,525	-8,097,834
Caixa gerada pelas operações	3,584,503	4,276,096
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-39,631	-250,261
Outros recebimentos/pagamentos	-223,146	229,278
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	3,321,725	4,255,113
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-1,839,745	-2,376,826
Ativos intangíveis	-185,526	
Investimentos financeiros	-3,743	-308,000
Outros ativos		-34,350
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	34,386	58,480
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	8,430	
Outros ativos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	186	624
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-1,986,011	-2,660,072
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	5,212,917	5,179,080
Outras operações de financiamento		250
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-5,589,373	-5,763,497
Juros e gastos similares	-739,541	-1,188,007
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-1,115,998	-1,772,175
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	219,716	-177,133
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	359,754	536,887
Caixa e seus equivalentes no fim do período	579,470	359,754

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



Demonstração individual das alterações no Capital Próprio no período 2014

EUR

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detetores do capital da empresa-mãe										
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio	
Posição no início do período 2014	6	10,000,000	2,000,000	3,138,457	-5,000,000	3,065,753	7,627,062	143,937	1,421,928	22,397,138	22,397,138
Alterações no período											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					871,711	550,217		-7,634	-1,421,928	-7,634	-7,634
	7				871,711	550,217		-7,634	-1,421,928	-7,634	-7,634
Resultado líquido do período	8								2,850,032	2,850,032	2,850,032
Resultado integral	9=7+8								1,428,104	1,428,104	2,842,398
Operações com detetores de capital no período											
Realizações de capital											
Realizações de prémios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	10										
Posição no fim do período 2014	11=6+7+8+10	10,000,000	2,000,000	3,138,457	-4,128,289	3,615,970	7,627,062	136,303	2,850,032	25,239,536	25,239,536

Demonstração individual das alterações no Capital Próprio no período 2013

EUR

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detetores do capital da empresa-mãe										
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Total do Capital Próprio	
Posição no início do período 2013	6	10,000,000	2,000,000	2,657,918		3,065,753	7,627,062	153,177	480,539	25,984,450	25,984,450
Alterações no período											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					480,539	-5,000,000		-9,240	-480,539	-5,009,240	-5,009,240
	7				480,539	-5,000,000		-9,240	-480,539	-5,009,240	-5,009,240
Resultado líquido do período	8								1,421,928	1,421,928	1,421,928
Resultado integral	9=7+8								941,389	941,389	-3,587,312
Operações com detetores de capital no período											
Realizações de capital											
Realizações de prémios de emissão											
Distribuições											
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
	10										
Posição no fim do período 2013	11=6+7+8+10	10,000,000	2,000,000	3,138,457	-5,000,000	3,065,753	7,627,062	143,937	1,421,928	22,397,138	22,397,138

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



IV. Anexo às Demonstrações Financeiras – Contas individuais

1. Informações

1.1. Identificação da entidade

Designação da entidade:	Oliveira & Irmão, SA
Sede:	Travessa do Milão, Esgueira, Aveiro, Portugal
Contribuinte:	500 578 737
Natureza da atividade:	CAE da atividade principal 22230 - Fabricação de artigos de Plástico para a Construção

A atividade principal desta empresa é a fabricação de artigos em matéria plástica e a atividade secundária é a comercialização por grosso de artigos sanitários, ferragens, tubagem para canalizações, moto bombas e eletrobombas, torneiras, eletrodomésticos e material de aquecimento. Tem ainda como atividade secundária a promoção imobiliária visando a conceção, construção, titularidade, comercialização, exploração comercial e gestão de patrimónios imobiliários diversos.

1.2. Gestão do risco

i. Risco de crédito

a) Créditos sobre clientes

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional. O principal objetivo da gestão de risco de crédito é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais dos clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos clientes, a sociedade:

- Tem implementado procedimentos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- Possui equipa dedicada à gestão do crédito e das cobranças;
- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus clientes, monitorizando a exposição efetiva;
- Possui seguro de crédito;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito, quando aplicável.



b) Outros ativos financeiros para além de créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a sociedade detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários. Consequentemente existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. A exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

ii. Risco de Mercado

a) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a sociedade encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro.

b) Risco de Taxa de Câmbio

A sociedade está exposta ao risco de taxa de câmbio de transação. Risco de taxa de câmbio prende-se com a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado da variação das taxas de câmbio.

O risco de transação emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com cash flows denominados em divisa que não a divisa funcional de sociedade. A sociedade procura compensar os cash flows positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira.

iii. Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash-flows de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- Contratação de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de commitment fees suportados;



2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial contabilístico adotado

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n° 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

2.2 Pressuposto da continuidade

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3 Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

2.4 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” e as “Provisões” são classificados como ativos e passivos não correntes.



2.5 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.6 Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013.

2.7 Eventos subsequentes

Os eventos, após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às Demonstrações Financeiras.

2.8 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis, apenas são reconhecidos, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas, sempre que, a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento, iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios, são registadas como gastos do exercício em que são suportadas. As despesas de investigação são gastos do período em que ocorrem.



As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear em conformidade com o período de vida útil estimado.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos foram revalorizados em 2011, por uma entidade externa, denominada L2i – Investimentos Imobiliários, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Nº de anos de vida estimado
Edifícios Comerciais e Administrativos	50
Edifícios Industriais	20
Edificações ligeiras	10
Moldes	6
Máquinas	10
Linhas de montagem	10
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	8

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas de Outros Rendimentos e Ganhos ou Outros Gastos e Perdas.



ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NCRF 8)

Os ativos correntes detidos para venda são moldes e máquinas que foram classificados como tal, uma vez que não estão a ser recuperados pelo uso continuado, mas sim através da alienação. Em 2014 ocorreu a venda parcial destes bens. Os ativos estão disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e, como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor contratado nominal, as despesas com comissões e com a sua emissão são contabilizadas como gastos do período. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na Demonstração dos Resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes e, quando a liquidação se diferir por mais de 12 meses após a data de relato, como passivo não corrente.

IMPARIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resultem, alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, reconhecemos uma perda por imparidade, registada na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por Imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram. É reconhecida na Demonstração dos



Resultados, na rubrica de Reversões de Perdas por Imparidade e, efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários e dos clientes. Constatou-se que existia evidência objetiva de imparidade nos clientes pelos processos judiciais e pela antiguidade, nos imóveis em que já é conhecido o preço de venda constatou-se a perda face ao valor da contabilidade. Por este fato foram reconhecidas imparidades de clientes e de inventários na Demonstração de Resultados.

INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (NCRF13)

Os investimentos em associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital Próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Quando a subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, apresenta Capital Próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o Método de Equivalência Patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. A distribuição de dividendos é registada como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos, embora não seja habitual a empresa este ano vai distribuir dividendos.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

As participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo Método Integral, porque as participações e o controlo nas subsidiárias assim o exigem.

Na empresa-mãe, os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é contabilizado em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para reservas sempre que não é distribuído. Quando a participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na consolidação.



As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.
- Os produtos acabados e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção o qual inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. A saída é custeada pelo método do custo padrão.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

RÉDITO (NCRF 20)

A empresa reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela venda e prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.



PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

A empresa constituiu uma provisão para garantias a clientes, dado que os nossos produtos têm um prazo de reclamação em garantia, pelo que a entidade tem uma obrigação presente resultante de um evento passado, e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico dos últimos três exercícios.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração nomeadamente os apoios ao emprego são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

A empresa recebeu subsídios no âmbito do programa de estágio emprego do IEF – Instituto de emprego e formação profissional.

No âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional temos um incentivo à investigação e desenvolvimento tecnológico, que designamos por Aquasave que procura encontrar soluções que possibilitem criar valor no âmbito da racionalização de uso de água potável, procurando antecipar futuras exigências normativas ao nível de certificação de edifícios.

Temos também no mesmo quadro comunitário o incentivo do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) que designamos por Iflush tem como principal objetivo o desenvolvimento de três sistemas autónomos e inovadores a aplicar nos autoclismos que irão permitir atuar, iluminar e ambientar os locais onde estão instalados os autoclismos.

Estes subsídios são considerados à exploração dado que financiam despesas relacionadas com a investigação destes novos produtos.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados durante a vida útil dos mesmos.

Em curso temos um empréstimo reembolsável pela concessão de Incentivos Financeiros no âmbito do sistema de incentivos à inovação do QREN onde concorreremos com despesas de internacionalização e investimento, cujo benefício corresponde à isenção de juros.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)



As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos Resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no apuramento da matéria coletável, são adicionados e deduzidos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Relativamente a 2014, a empresa tem deduções à coleta referentes aos incentivos fiscais em vigor em sede de IRC, nomeadamente o SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial e o RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento. Tem ainda reporte de incentivos fiscais não utilizados, referentes a 2013, nomeadamente o CFEI - Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento de 2013, o RFAI e o SIFIDE, o que faz com que o imposto corrente se resuma ao pagamento das tributações autónomas e da derrama.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos.

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor e deduzido dos benefícios fiscais; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor e, são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:



- Clientes e outras dívidas de terceiros - as dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.
- Fornecedores e outras dívidas a terceiros - as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Empréstimos - os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.
- Transações e saldos em moeda estrangeira - as transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados em moeda estrangeira, são atualizadas nas datas de relato, às taxas de câmbio em vigor. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos Resultados do período em que são geradas.
- Periodizações - as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de Outras Contas a Receber, Outras Contas a Pagar e Diferimentos.
- Instrumentos financeiros detidos para negociação - estes ativos foram valorizados ao justo valor à data de apresentação das demonstrações financeiras, e as alterações de justo valor foram reconhecidas na Demonstração dos Resultados.
- Caixa e Depósitos bancários - os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e gratificações. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.



- Benefícios de cessação de emprego: a entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de revogação.

3.2. - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das mesmas.

4. Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO				EUR
Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	5,597	13,299,944	13,300,782	4,759
Depósitos à ordem	354,157	303,904,871	303,684,317	574,711
Total de caixa e depósitos bancários	359,754	317,204,815	316,985,099	579,470

5. Partes Relacionadas

5.1. Empresa-mãe e subsidiárias:

As transações entre as partes relacionadas foram as seguintes:

ENTIDADES RELACIONADAS		Período 2014					Período 2013					EUR
Descrição		Vendas e Serviços	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período	Vendas e Serviços	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período	
Subsidiárias	Moldaveiro - Moldes, LDA	56,428	1,702,422	3,348	1,507,050		53,510	1,123,686	3,355	859,295		
	Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA		500			-1,500					308,000	
	Nuno & Gradeço - Mat. Construção, SA Oll, SRL	61,200					64,968	12,448				
		5,750,153	580,454	1,425,582	317,275		5,097,591	529,845	773,981	82,818		
Total		5,867,780	2,283,376	1,428,930	1,824,324	-1,500	5,216,069	1,665,978	777,336	942,113	308,000	

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais (entendidos como pessoal chave da gestão), nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, foram as seguintes:

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS		EUR	
Descrição	Período 2014	Período 2013	
Conselho de Administração - Oliveira & Irmão, SA	573,087	474,720	
Total	573,087	474,720	

6. Ativos intangíveis

A divulgação dos ativos intangíveis é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2014 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Propriedade Industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:				
Quantia bruta escriturada inicial	406,618	1,216,703		1,623,321
Amortizações acumuladas iniciais	406,618	1,216,703		1,623,321
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)				
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)			185,526	185,526
Total das adições			185,526	185,526
Aquisições em 1.ª mão			185,526	185,526
Total das diminuições				
Amortizações				
Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)			185,526	185,526

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2013 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Propriedade Industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:				
Quantia bruta escriturada inicial	406,618	1,216,703		1,623,321
Amortizações acumuladas iniciais	393,951	1,214,814		1,608,766
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	12,667	1,888		14,555
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-12,667	-1,888		-14,555
Total das diminuições	12,667	1,888		14,555
Amortizações	12,667	1,888		14,555
Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)				0

7. Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2014 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
Quantia bruta escriturada inicial	6,828,277	14,896,694	29,542,456	1,086,860	1,604,245	1,695,374	2,617,686	58,271,591
Depreciações acumuladas iniciais		7,587,573	24,325,256	929,651	1,402,117	1,679,689		35,924,286
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	6,828,277	7,309,121	5,217,200	157,210	202,128	15,684	2,617,686	22,347,305
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		132,371	422,549	93,430	-37,948	20,128	155,848	786,379
Total das adições			111,516	188,050	41,664	36,001	2,791,420	3,168,651
Aquisições			111,516	168,050	41,664	36,001	2,791,420	3,148,651
Outras aquisições				20,000				20,000
Total das diminuições		740,005	1,430,973	94,620	97,661	15,873		2,379,131
Depreciações		740,005	1,409,222	-110,431	-25,023	-56,096		1,957,678
Alienações				142,451				142,451
Abates			21,751	62,599	122,684	71,969		279,002
Transferências de AFT em curso		888,333	1,742,006				-2,630,339	
Outras transferências		-15,956			18,049		-5,233	-3,140
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	6,828,277	7,441,492	5,639,749	250,640	164,180	35,813	2,773,534	23,133,684

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2013 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
Quantia bruta escriturada inicial	6,723,810	14,833,481	28,555,122	1,093,087	1,809,785	1,698,239	1,667,591	56,381,117
Depreciações acumuladas iniciais		6,874,481	22,843,960	897,638	1,628,497	1,669,453		33,914,029
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	6,723,810	7,959,000	5,711,163	195,449	181,288	28,787	1,667,591	22,467,088
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	104,467	-649,879	-493,855	-38,240	20,732	-13,102	950,094	-119,784
Total das adições	104,467		156,801	69,826	92,022	467	2,137,400	2,560,982
Aquisições	104,467		156,801	69,826	92,022	467	2,137,400	2,560,982
Total das diminuições		713,092	1,531,638	108,065	102,092	13,569		2,468,457
Depreciações		713,092	1,481,296	32,013	-226,380	10,237		2,010,258
Alienações			33,322	76,053				109,375
Abates			17,020		328,472	3,333		348,825
Transferências de AFT em curso		63,213	912,435		30,802		-1,006,449	
Transferências de/para ativos não correntes detidos para venda			-34,350					-34,350
Outras transferências			2,897				-180,856	-177,959
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	6,828,277	7,309,121	5,217,308	157,210	202,020	15,684	2,617,686	22,347,305

7.2. Divulgações sobre excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2014 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Reservas de Reavaliação Livres		Total
	Não realizada	Realizada	Não realizada	Realizada	
Valor do excedente de revalorização no início do período	107,211	54,882	6,667,522	797,447	7,627,062
Depreciações	-11,963	11,963	-199,362	199,362	
Valor do excedente de revalorização no fim do período	95,248	66,845	6,468,160	996,809	7,627,062

8. Locações

8.1. Os contratos de locação são os seguintes

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor				Período 2014		Período 2013	
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados
						Começo	Fim		
Ativos fixos tangíveis	Leasing	VW Passat	35,000	CGD LEASING	CT100047086	20-03-2011	20-03-2015	2,226	11,212
	Leasing	Prensa	281,500	CGD LEASING	CT100051140	20-07-2011	20-07-2016	95,145	151,458
	Leasing	VW Sharan	31,500	CGD LEASING	CT100053191	20-10-2011	20-10-2016	6,871	14,848
	Subtotais		348,000					104,242	177,518
Ativos fixos tangíveis	Leasing	VW Golf	26,400	BBVA	CT 15393708	21-06-2010	21-06-2014		3,899
	Subtotais		26,400						3,899
Ativos fixos tangíveis	Leasing	Eq. Informático	154,104	BNP PARIBAS	CT 31200166	07-06-2012	07-07-2014		89,986
	Subtotais		154,104						89,986
Ativos fixos tangíveis	Leasing	Eq. Industrial	344,751	BPI	CT 10026263	05-08-2012	05-08-2017	221,808	293,274
	Leasing	VW Passat	35,500	BPI	CT 1260531800	25-12-2012	20-12-2017	21,721	28,412
	Leasing	VW Sharan	40,000	BPI	CT 1360160200	25-04-2013	25-04-2018	27,020	34,466
	Leasing	Audi A6	94,000	BPI	CT 1460255800	25-06-2014	25-06-2019	83,678	
		Subtotais		514,251					354,227
	Leasing	Eq. Informático	50,000	BSTOTTA	CT 203751	15-01-2014	15-01-2019	40,791	
	Leasing	VW Passat	29,700	BSTOTTA	CT 205173	15-05-2014	15-15-2019	25,982	
	Subtotais		79,700					66,773	
Totais			1,122,455					525,243	627,556

8.2. As quantias reconhecidas nestes ativos são as seguintes

Descrição	Loações financeiras	
	Ativos fixos tangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	878,048	878,048
Amortizações/Depreciações acumuladas	322,203	322,203
Quantia líquida escriturada final (4 = 1 - 2 - 3)	555,845	555,845
Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3)	525,243	525,243
Até um ano	126,288	126,288
De um a cinco anos	398,955	398,955

9. Empréstimos obtidos

9.1. Informação relativa aos empréstimos genéricos

Descrição	31-12-2014			31-12-2013		
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total
Conta Corrente Cauconada	345,449		345,449	16,678		16,678
Programa de Papel Comercial		4,000,000	4,000,000	1,750,000	3,500,000	5,250,000
Médio e Longo Prazo	2,728,775	6,877,569	9,606,344	2,771,889	6,941,330	9,713,219
Leasing	126,288	398,955	525,243	185,533	442,023	627,556
Desconto de Remessas	517,467		517,467	172,595		172,595
FEDER - Candidatura nº 27024		722,570	722,570		313,483	313,483
Total	3,717,980	11,999,094	15,717,074	4,896,695	11,196,836	16,093,530

10. Subsídios

Informação relativa aos subsídios

O Subsídio não reembolsável continua a ser imputado a resultados numa base sistemática conforme os ativos a que está associado.

As outras variações no capital próprio dizem respeito a este subsídio do ICEP na parte não reembolsável e a informação encontra-se no quadro 17.7.

RELAÇÃO DOS SUBSÍDIOS OBTIDOS

Descrição	Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas			
	Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
IEFP - Instituto de emprego e formação profissional	Medida / Programa estágio emprego	IEFP	Financeiro	Fundo perdido	01-01-2014	31-12-2014	27,148		27,148	
	Aquasave - Investigação	Sistema de Incentivos à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	Financeiro	Fundo perdido	01-09-2013	30-06-2015	24,862	143,821	168,683
	Iflush - Investigação	Sistema de Incentivos à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	Financeiro	Fundo perdido	01-01-2014	30-06-2015	19,331	84,336	103,667
Subtotais							52,010	143,821	195,831.00	
Reembolsável	ICEP - Investimento e comércio em Portugal	POE SIME	ICEP Portugal	Reembolsável e fundo perdido	07-01-2002	31-12-2004	2,012,215		2,012,215	
	FEDER - Fundo Europeu de desenvolvimento Regional	Sistema de Incentivos à Inovação	Agência Investimento e Comercio Externo	Reembolsável sem juros	05-05-2012	30-04-2015	722,570		722,570	
	Subtotais						2,734,785		2,734,785	
Totais							2,786,795	143,821	2,930,616	

11. Participações financeiras

11.1. Informação relativa às participações financeiras

A perda por imparidade registada reporta-se à participada Soplasmor – Sociedade de plásticos do norte, SA, e diz respeito a compromissos assumidos pela empresa e cuja expectativa de reembolso é incerta.

EUR

Descrição	Investimentos em subsidiárias	Total
Método de equivalência patrimonial:		
Quantia bruta escriturada inicial	10,872,986	10,872,986
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1- 2 + 3)	10,872,986	10,872,986
Movimentos do período: (5=5.1+5.2+5.3-5.4+5.5+5.6-5.7-5.8-5.9+5.10+5.11+5.12+5.13+5.14)	713,547	713,547
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos	-1,500	-1,500
Outros movimentos do período	715,047	715,047
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	11,586,533	11,586,533
Outros métodos		
Quantia bruta escriturada inicial	40,020	40,020
Quantia líquida escriturada inicial (10 = 7- 8 + 9)	40,020	40,020
Movimentos do período: (11 = 11.1 + 11.2 + 11.3 + 11.4 + 11.5 + 11.6 + 11.7 + 11.8 + 11.9 + 11.10 + 11.11 + 11.12)	2,243	2,243
Outras aquisições	2,243	2,243
Quantia líquida escriturada final (12 = 10 + 11)	42,263	42,263

12. Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

EUR

Descrição	31-12-2014			31-12-2013		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	2,802,785	108,006	2,694,779	2,520,806		2,520,806
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1,826,511	57,362	1,769,150	2,042,727	57,362	1,985,365
Produtos acabados e intermédios	3,303,862	139,415	3,164,447	3,053,064		3,053,064
Adiantamento por conta de compras						
Total	7,933,158	304,783	7,628,375	7,616,597	57,362	7,559,235

O custo das mercadorias e das matérias consumidas é o seguinte:

EUR

Descrição	31-12-2014			31-12-2013		
	Mercadorias	Matérias primas, subs. consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subs. consumo	Total
Inventários iniciais	2,520,806	2,042,727	4,563,533	2,699,461	1,895,232	4,594,693
Compras	3,124,008	18,202,256	21,326,264	3,426,436	17,892,153	21,318,589
Reclassificação e regularização de inventários	83,545	5,241	88,786	77,052	32,652	109,704
Inventários finais	2,802,785	1,826,511	4,629,297	2,520,806	2,042,727	4,563,533
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2,758,484	18,413,231	21,171,715	3,528,040	17,712,006	21,240,046
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	108,006		108,006			
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	108,006	57,362	165,368		57,362	57,362



A variação nos inventários da produção é a seguinte:

EUR

Descrição	31-12-2014			31-12-2013		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Inventários finais	3.303,862			3.053,064		
Reclassificação e regularização de inventários	40,598			32,575		
Inventários iniciais	3.053,064			2.993,524		
Varição nos inventários de produção (4=1+2-3)	291,396			92,115		
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	139,415					
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	139,415					

13. Provisões do Exercício

As provisões para garantias a clientes, foram constituídas na proporção entre os encargos derivados destas garantias efetivamente suportados nos últimos três períodos de tributação e as vendas relativas ao mesmo período.

EUR

Descrição	Garantias a clientes	Total
Quantia escriturada inicial	50,147	50,147
Movimentos do período (2 = 2.1-2.2)	-12,085	-12,085
Total de aumentos	38,062	38,062
Reforço	38,062	38,062
Total de diminuições	50,147	50,147
Uso	33,248	33,248
Reversão	16,899	16,899
Quantia escriturada do exercício (3 = 1 + 2)	38,062	38,062
Quantia escriturada final	38,062	38,062



14. Rédito

O quadro seguinte detalha os réditos e outros rendimentos:

RÉDITOS E OUTROS RENDIMENTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO		EUR	
Descrição	31-12-2014	31-12-2013	
Vendas de bens	42,322,188	40,069,862	
Prestação de serviços	20,665	6,511	
Subsídios	115,366	106,913	
Outros rendimentos e ganhos	1,653,645	1,518,871	
Rendimentos suplementares	760,210	879,320	
Transportes debitados	450,697	574,355	
Serviços Acessoria	2,400	2,400	
Rendas	122,550	124,420	
Moldes comparticipação de clientes	92,641	80,437	
Outros	91,922	97,709	
Descontos de pronto pagamento obtidos	34,986	4,670	
Recuperação dívidas a receber		12,160	
Rendimentos e ganhos em subsidiárias	858,449	622,721	
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	8,430	12,043	
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	30,386	20,807	
Outros	98,339	159,748	
Correcções períodos anteriores	1,339	59,955	
Excesso de estimativa	14,563	4,576	
Imputação de subsídios para investimentos	7,634	9,240	
Ganhos em outros instrumentos financeiros		250	
Outros	74,803	85,727	
Rendimentos e ganhos de financiamento	186	624	
Juros obtidos	186	624	
Total	44,249,205	41,895,377	

15. Diferenças de Câmbio

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO		EUR	
Descrição	31-12-2014	31-12-2013	
Diferenças de Câmbio			
Reconhecidas em resultados do período:			
Diferenças de câmbio desfavoráveis	46,929	5,153	
Diferenças de câmbio favoráveis	8,354	11,997	

16. Impostos sobre o rendimento

QUANTIA ESCRITURADA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		EUR	
Descrição	31-12-2014	31-12-2013	
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	2,897,798	1,425,416	
Imposto corrente	122,444	77,197	
Imposto diferido	-74,678	-73,709	
Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	47,766	3,488	
Tributações autónomas	84,689	58,177	

DEDUÇÕES À COLETA REFERENTES A BENEFÍCIOS FISCAIS		EUR	
Descrição	31-12-2014	31-12-2013	
SIFIDE-Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial	272,202		
RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento	289,618	103,490	
CFEI - Crédito Fiscal Extraordinário	47,594	241,476	
Total	609,414	344,966	

Referente ao SIFIDE de 2014 ainda não temos o valor definitivo, o montante utilizado é reporte de 2013.

O RFAI de 2014 apenas é utilizado uma parte do valor sendo reportado o restante para 2015.

O CFEI foi um incentivo extraordinário em 2013 e o montante utilizado é reporte de 2013.



17. Instrumentos financeiros

17.1. Os valores de terceiros estão detalhados como se segue

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO		EUR	
Descrição	31-12-2014	31-12-2013	
Clientes	9,232,965	7,511,758	
Conta corrente	9,091,760	7,320,825	
Titulos a receber	146,671	179,264	
Cobrança duvidosa	506,459	360,536	
Imparidades	-511,924	-348,866	
Adiantamentos de Clientes	245,043	284,116	
Fornecedores	7,325,506	7,367,822	
Adiantamentos a fornecedores	8,201	134,382	
Outras contas a pagar	4,002,500	2,766,583	
Pessoal	1,822	2,752	
Fornecedores investimentos	2,344,807	1,029,649	
Credores por acréscimos de gastos - juros	43,319	58,419	
Credores por acréscimos de gastos - seguros	3,867	11,276	
Credores por acréscimos de gastos - férias e subsídios de férias	1,274,378	1,160,129	
Credores por acréscimos de gastos - comissões	31,691	35,611	
Credores por acréscimos de gastos - outros	292,614	464,042	
Outros credores	10,001	4,705	
Outras contas a receber	375,480	236,351	
Pessoal	23,321	28,638	
Devedores por acréscimos de rendimentos - subsídios	76,790	64,182	
Devedores por acréscimos de rendimentos - outros	10,675	55,264	
Outros devedores	264,695	88,268	
Total	21,189,696	18,301,012	

17.2. Estado e outros Entes Públicos

Descrição	31-12-2014			31-12-2013			EUR
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total	
Estado e outros entes públicos							
Ativos							
Imposto sobre o rendimento	329,654		329,654	353,768		353,768	
Imposto sobre o valor acrescentado	360,166		360,166	411,363		411,363	
Total	689,820		689,820	765,131		765,131	
Passivos							
Imposto sobre o rendimento	122,444		122,444	77,197		77,197	
Retenção de impostos sobre rendimentos	97,392		97,392	91,476		91,476	
Outros impostos	30		30				
Contribuições para a segurança social	162,846		162,846	151,336		151,336	
Total	382,712		382,712	320,009		320,009	



17.3. Diferimentos

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2014			31-12-2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Ativos						
Gastos a reconhecer - juros	33,086		33,086	43,477		43,477
Gastos a reconhecer - seguros	8,637		8,637	6,963		6,963
Gastos a reconhecer - outros	168,396		168,396	90,308		90,308
Total	210,119		210,119	140,748		140,748
Passivos						
Rendimentos a reconhecer - outros	196,065		196,065	97,750		97,750
Total	196,065		196,065	97,750		97,750

17.4. Ativos e Passivos Financeiros

INFORMAÇÃO RELATIVA A ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

EUR

Descrição	Mensurados ao justo valor através resultados	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos Financeiros:			
Clientes		9,232,965	511,924
Adiantamentos a fornecedores		8,201	
Outras contas a receber		375,480	
Passivos Financeiros:			
Fornecedores		7,325,506	
Adiantamentos de clientes		245,043	
Financiamentos obtidos		15,717,073	
Outras contas a pagar		4,002,500	

17.5. Caixa

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	4,759	5,597
Depósitos à ordem	574,711	354,157
Total	579,470	359,754

17.6. Financiamentos

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2014			31-12-2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Financiamentos obtidos						
Instituições de crédito e sociedades financeiras	3,717,980	11,276,524	14,994,503	4,896,694	10,883,354	15,780,048
Outros financiadores		722,570	722,570		313,483	313,483
Total	3,717,980	11,999,094	15,717,073	4,896,694	11,196,836	16,093,531



17.7. Capital

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO		EUR	
Descrição	31-12-2014	31-12-2013	
Capital próprio			
Capital	10,000,000	10,000,000	
Reservas legais	2,000,000	2,000,000	
Outras reservas	3,138,457	3,138,457	
Resultados transitados	-4,128,289	-5,000,000	
Ajustamentos em ativos financeiros	3,615,970	3,065,753	
Excedentes de revalorização	7,627,062	7,627,062	
Outras variações no capital próprio	136,303	143,937	
Resultado líquido do período	2,850,032	1,421,928	
Total	25,239,536	22,397,138	

17.8. Divulgação de informação de imparidades

PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCIEROS AO CUSTO			EUR
Descrição	Perdas por imparidade ano	Reversões de perdas por imparidade	Acumulado
Dívidas a receber de clientes	170,491	235	511,924
Inventários - mercadorias	108,006		108,006
Inventários - matérias primas			57,362
Inventários - produtos acabados	139,415		139,415
Total	417,913	235	816,707

17.9. Informação das dívidas de Cobrança Duvidosa

DÍVIDAS REGISTRADAS COMO DE COBRANÇA DUVIDOSA		EUR
Descrição	Valor	
Relativas a processos de insolvência e de recuperação de empresas ou processos de execução		
Reclamadas judicialmente	259,579	
Em mora:	252,346	
Há mais de vinte e quatro meses	215,400	
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	210	
Há mais de doze meses e até dezoito meses	1,649	
Há mais de seis meses e até doze meses	34,944	
Até seis meses	142	
Total	511,924	

18. Divulgação de informação de Fornecimentos e Serviços Externos:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		EUR	
Descrição	31-12-2014	31-12-2013	
Subcontratos	224,244	201,157	
Trabalhos especializados	892,611	808,205	
Publicidade e propaganda	393,006	238,462	
Vigilância e segurança	74,047	77,200	
Honorários	69,159	67,810	
Comissões	264,248	309,726	
Conservação e reparação	779,030	738,172	
Outros	223,018	270,757	
Total serviços especializados	2,695,119	2,510,332	
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	157,962	99,242	
Livros e documentação técnica	1,085	1,250	
Material de escritório	9,083	12,824	
Artigos para oferta	64,611	42,848	
Outros	10,109	3,602	
Total materiais	242,851	159,765	
Electricidade	808,018	800,188	
Combustíveis	78,121	82,495	
Água	17,646	24,310	
Outros	1,612	443	
Total energias e fluidos	905,397	907,436	
Deslocações e estadas	439,458	412,558	
Transporte de mercadorias	1,982,274	2,040,866	
Total deslocações, estadas e transportes	2,421,732	2,453,424	
Rendas e alugueres	24,241	29,092	
Comunicação	61,920	74,252	
Seguros	165,776	200,999	
Royalties		132	
Contencioso e notariado	9,221	5,730	
Despesas de representação	323,630	229,252	
Limpeza, higiene e conforto	59,405	77,129	
Outros serviços	13,689	12,973	
Total serviços diversos	657,881	629,559	
Total fornecimentos e serviços externos	7,147,223	6,861,674	

19. Divulgação de informação de Gastos com o Pessoal

PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS		EUR	
Descrição	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas	
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:			
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	361	648,604	
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa			
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:			
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	361	648,604	
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	361	648,604	
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial			
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial			
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:			
Homens	172	315,827	
Mulheres	189	332,777	
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:			
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à investigação e desenvolvimento	23		
Prestadores de serviços	18		
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	56		

**GASTOS COM O PESSOAL**

EUR

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Gastos com o pessoal	9,025,853	8,087,034
Remunerações dos órgãos sociais	573,087	474,720
Das quais: Participação nos lucros	213,499	142,193
Remunerações do pessoal	6,068,649	5,616,984
Encargos sobre remunerações	1,407,597	1,259,429
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	54,403	67,226
Gastos de acção social	104,474	81,230
Outros gastos com pessoal	817,644	587,445
Dos quais:		
Gastos com formação	42,486	54,067

20. Divulgação de informação de Rendimentos e Ganhos

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

EUR

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Rendimentos suplementares	760,210	879,320
Descontos de pronto pagamento obtidos	34,986	4,670
Recuperação dívidas a receber		12,160
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	8,430	12,043
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	30,386	20,807
Outros	98,339	159,748
Juros obtidos	186	624
Total outros rendimentos e ganhos	932,537	1,089,372

21. Divulgação de informação de Outros gastos e perdas

OUTROS GASTOS E PERDAS

EUR

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Impostos	63,366	63,301
Descontos de pronto pagamento concedidos	282,101	270,179
Dívidas incobráveis	16,536	30,570
Perdas em inventários	20,562	46,873
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Outros		
Correcções relativas a períodos anteriores	6,853	23,941
Donativos	39,530	46,461
Quotizações	8,828	8,810
Ofertas e amostras em inventários	61,744	27,533
Insuficiência da Estimativa de Impostos	1,111	56,332
Moldes Propriedade e participação clientes	40,096	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	46,929	5,153
Comissões e outros gastos bancários	17,957	25,972
Outros	10,586	17,105
Total outros gastos e perdas	616,198	622,231



22. Divulgação de informação de juros e gastos similares suportados

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS		EUR
Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Juros suportados	724,442	1,157,744
Total juros e gastos similares suportados	724,442	1,157,744

23. Divulgação de informação gastos de depreciações

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		
Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Ativos fixos tangíveis	2,375,131	2,430,784
Edifícios	740,005	713,092
Equipamento básico	1,430,973	1,514,538
Equipamento transporte	90,620	87,493
Equipamento administrativo	97,661	102,092
Outros ativos fixos tangíveis	15,873	13,569
Ativos intangíveis		14,555
Projectos desenvolvimento		12,667
Propriedade industrial		1,888
Total gastos de depreciações e amortizações	2,375,131	2,445,339

24. Divulgações exigidas por diplomas legais

A portaria 208/2007 de 16 de Fevereiro que cria a IES (informação empresarial simplificada) exige divulgação de informação que passamos a relatar:

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS RELATIVA AO ANO DE 2014				EUR
Descrição	Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	9,361,832	24,548,877	8,411,479	42,322,188
Prestações de serviços	5,463		15,201	20,665
Compras	12,111,147	8,566,893	648,224	21,326,264
Fornecimentos e serviços externos	5,787,308	1,183,499	176,415	7,147,223
Aquisições de activos fixos tangíveis	2,440,659	719,654	8,338	3,168,651
Outros rendimentos suplementares	96,906	496,449	166,855	760,210

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS RELATIVA AO ANO DE 2013				EUR
Descrição	Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	9,400,822	22,248,765	8,420,275	40,069,862
Prestações de serviços	6,571			6,571
Compras	11,894,146	8,918,294	506,149	21,318,589
Fornecimentos e serviços externos	5,459,710	1,255,783	146,181	6,861,674
Aquisições de activos fixos tangíveis	2,465,218	95,764		2,560,982
Outros rendimentos suplementares	104,532	629,400	145,389	879,320

O Código das Sociedades Comerciais no seu artigo 66º- A do Código das Sociedades Comerciais exige a divulgação dos serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas

HONORÁRIOS FATURADOS			EUR
Descrição	2014	2013	
Revisão legal das contas	12,600	12,600	
Outros serviços	4,450	2,250	
Totais	17,050	14,850	



25. Informação de garantias prestadas

Garantias Prestadas	Beneficiário	Valor
Garantias Bancárias		
Caixa Geral de Depósitos	APCMC	16,000
Banco BPI	HAPAG LOYD	61,500

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

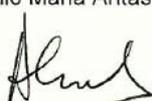
V. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação dos Exmos. Senhores Accionistas o nosso relatório e parecer sobre o Relatório e Contas elaborado pela Administração da **OLIVEIRA & IRMÃO, S. A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.
2. Acompanhamos a actividade da Empresa durante o exercício, nomeadamente, em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais.
3. Os termos da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas foram ponderados e, por merecerem a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.
4. Em face do exposto, relevando as conclusões do Revisor Oficial de Contas, e não tendo conhecimento de violação da lei e dos estatutos, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
 - a) O Relatório da Administração, bem como as contas por este apresentadas.
 - b) A proposta da Administração quanto à aplicação de resultados.

Aveiro, 27 de Abril de 2015

O CONSELHO FISCAL

 Dr. António Maria Antas Teles	-	PRESIDENTE
 Engº José Luís Azévedo Cacho	-	VOGAL
 Dr. José Davide Teixeira Cerqueira (ROC nº. 1586)	-	VOGAL E ROC



VI. Certificação Legal de Contas – Contas Individuais

CARMO & CERQUEIRA | SROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinamos as demonstrações financeiras da **OLIVEIRA & IRMÃO S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 53.696.744 euros e um total de capital próprio de 25.239.536 euros, incluindo um resultado líquido 2.850.032 euros), a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;



CARMO & CERQUEIRA | SROC

- (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
- (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as Demonstrações Financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **OLIVEIRA & IRMÃO S.A.**, em 31 de Dezembro de 2014 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

V.N.Gaia, 27 de Abril de 2015

CARMO & CERQUEIRA, SROC, LDA.
Representada por

José Davide Cerqueira, ROC nº 1586



VII. Relatório do Conselho de Administração – Contas Consolidadas

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresentamos e submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício de 2014.

O perímetro de consolidação da Oliveira & Irmão, SA, em 2014, incluía as seguintes entidades:

- Oliveira & Irmão, SA. (Sociedade Mãe);
- OLI, Srl., detida em 99,0%;
- Moldaveiro - Moldes, Lda., detida em 83,0%;
- Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA., detida em 79,9%.
- Nuno & Gradeço – Materiais de Construção, SA., detida em 99,1%

A OLI, Srl., com sede em Itália, mantém a sua atividade distribuidora em Itália dos produtos industriais da sociedade-mãe, complementando esta atividade com uma interessante atividade de reexportação (e de divulgação) dos produtos da sociedade-mãe em mercados com maior afinidade com Itália, fazendo ainda a articulação de parcerias comerciais com alguns importantes grupos do sector, com centros de decisão em Itália (ou de relacionamento privilegiado nesse mercado).

A Moldaveiro - Moldes, Lda., que produz moldes para a injeção de plástico, trabalha essencialmente para a sociedade-mãe, continuando a desempenhar um papel estrategicamente importante, seja pela capacidade de projetar e produzir moldes adaptados às especificidades da nossa indústria, dos nossos clientes e dos mercados, seja em assegurar a normal e atempada manutenção dos moldes da sociedade-mãe.

A Soplasnor – Sociedade de Plásticos do Norte, S.A., vocacionada para a produção tubagens de PVC e PE para vários fins, está neste momento com toda a atividade industrial e comercial suspensa desde 2009, encontrando-se em fase de liquidação de todos os seus ativos e passivos. Desde meados do ano de 2013 que a empresa tem conseguido rentabilizar o seu imóvel, alugando-o para fins de armazenagem por empresas terceiras.

A Nuno & Gradeço, SA, que promove a revenda de produtos e materiais para a construção civil, dado o atual momento do sector e as perdas registadas no passado recente, de acordo com as decisões da Assembleia Geral de 28 de Agosto de 2012, entrou em processo de dissolução, estando a decorrer a respetiva liquidação.



No que diz respeito ao volume de negócios consolidado verificou-se um aumento de 4,6%, tendo atingido o valor total de €48.483.960. Para este aumento contribuíram essencialmente a Oliveira & Irmão, a OLI Itália e a Moldaveiro.

Em termos de desempenho económico e financeiro os dados consolidados refletem a seguinte evolução:

- O resultado líquido consolidado teve uma evolução bastante positiva aumentando de €108.789 para €2.783.777. Para este aumento contribuíram as atividades industrial e comercial desenvolvidas pelas 3 principais participadas. As que estão em liquidação, e dado o avançado estado da mesma, acabam por ter um impacto residual nesta rubrica.
- O Cash-Flow mais que duplicou cifrando-se em €6.079.227.
- Iguamente ao nível do EBITDA consolidado verifica-se um forte aumento de 48%, atingindo os €6.752.644.
- O endividamento bancário líquido consolidado teve uma diminuição de €1.457.888, cifrando-se em €17.042.750.
- A autonomia financeira consolidada registou um ligeiro aumento de 39,6% para 42,6%.

Em termos de estratégia de grupo, depois da desativação da Soplasnor e com a liquidação em curso da Nuno & Gradeço, queremos concentrar-nos no nosso *core business*, procurando fortalecer as empresas que sustentam a base do negócio, a saber:

- A Moldaveiro, como instrumento importante para fornecer moldes à sociedade-mãe, em condições técnicas e de oportunidade excelentes (a par com a cada vez mais exigente manutenção dos moldes existentes), com um papel cada vez mais importante na prestação e desempenho da sociedade-mãe, dada a complexidade de algumas das parcerias desta com clientes importantes.
- A OLISrl, como importante instrumento de distribuição dos produtos da sociedade-mãe no difícil (por muito disputado), mercado italiano (e, como já referido, ainda em alguns mercados que estrategicamente julgamos melhor trabalhados se a partir de Itália).
- A Oliveira & Irmão, SA, sociedade-mãe, que se deve afirmar como núcleo central e motor do pequeno grupo de empresas que a integram.

O relatório da sociedade-mãe foi elaborado de modo a refletir, de forma adequada, a estratégia de atuação de grupo tendo em conta a proximidade e afinidade de objetivos estratégicos existentes entre as várias sociedades. A fim de evitarmos repetições desnecessárias e fastidiosas, consideramos aquele relatório como parte integrante deste e aqui implicitamente reproduzido.

Passamos a fazer uma análise sucinta, para cada uma das empresas procurando indicar, os aspetos mais significativos no que respeita à estratégia de grupo:



Oliveira & Irmão

Os vários documentos que antecedem este relatório são elucidativos relativamente ao peso e posicionamento desta empresa como núcleo do grupo. Como acabamos de referir, esta empresa afirma-se cada vez mais, como núcleo e motor das demais empresas do grupo (agora mais concentrado e coeso).

É forte determinação da Administração reforçar, por vários meios, a competitividade da empresa. O atual momento da economia europeia leva-nos a implementar uma série de medidas tendentes a diminuir a dependência, em termos de vendas, da Europa.

A recente evolução dos negócios impõe-nos a implementação de algumas medidas de reorientação estratégica. A par com a desejada diminuição da dependência da Europa, queremos reforçar as vendas com marca própria e melhorar a oferta, pelo que teremos de nos reposicionar, em termos de Marketing e Comunicação e, melhorar a nossa capacidade em IDI.

OLI

Como referido esta empresa é, sobretudo, a filial comercial italiana da sociedade-mãe, distribuindo em Itália os produtos da Oliveira & Irmão. Complementa, porém, esta atividade com a distribuição (reexportação ou “representação”) em alguns mercados, por razões de maior afinidade com esses mercados daqueles produtos. Esta estratégia tem-se mostrado acertada, na medida em que permite otimizar o potencial de vendas da sociedade-mãe com uma complementaridade que potencia a rentabilidade das duas empresas.

As vendas desta sociedade apresentaram um aumento de 6%, atingindo o valor de € 12.035.619. Em termos de resultados líquidos houve uma melhoria em relação a 2013. O resultado líquido atingiu € 589.547.

Moldaveiro

Esta empresa continua a trabalhar em grande medida para a sociedade mãe.

O volume de negócios em 2014 foi de €2.124.503. O resultado líquido foi de €331.081.



Soplasnor

Em 2014 a única atividade desenvolvida por esta empresa foi a rentabilização do seu imóvel por via do arrendamento. O resultado líquido negativo da Soplasnor ascendeu a €-16.989.

Neste momento o imóvel da Soplasnor encontra-se arrendado, sendo utilizado essencialmente para armazenagem. Esperamos poder continuar a rentabilizar o imóvel desta forma e à procura de um possível interessado na sua aquisição.

Nuno & Gradeço

Esta empresa, e pelas razões apresentadas, concentrará os seus esforços na liquidação dos seus ativos e passivos, havendo o compromisso de todos os seus órgãos sociais em cumprir até ao fim com todas as suas obrigações.

Estratégias futuras

Oliveira & Irmão

Reafirmamos apenas a determinação em diversificar mercados e otimizar as vendas por via de um reforço da marca OLI e de uma melhor segmentação de mercados, seja em termos geográficos, seja em termos de tipologia de clientes.

OLI

Há apenas a referir que a crise que se instalou em Itália vai obrigar a consolidar a parte de negócio com vocação exportadora.

Moldaveiro

A Moldaveiro deve continuar o labor dos últimos anos no sentido de melhorar a capacidade técnica e aliar a essa maior capacidade técnica uma maior velocidade de projeto e execução de moldes, seja para melhor servir a sociedade mãe, seja para melhorar a competitividade (não só em preço, mas sobretudo em prazo).

Soplasnor e Nuno & Gradeço

Continuaremos determinados na venda dos seus ativos e liquidação dos passivos, o que permitirá uma maior concentração nas áreas mais estratégicas para o grupo. É expectável que ambas as empresas cessem a sua atividade definitivamente já em 2015.



Conclusão

A terminar queremos reafirmar a determinação em concentrar os nossos esforços nas atividades e empresas mais rentáveis e competitivas, procurando que cada uma das empresas seja, por si mesma, interessante e rentável e que se integrem numa estratégia de grupo que a todas beneficie, seja em termos de negócios de cada empresa, seja em termos de solidez do conjunto.

Aveiro, 14 de Abril de 2014

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Graça Maria Moura de Oliveira

PierAndreino Niboli

Federica Niboli

VIII. Demonstrações financeiras consolidadas

Balanco Consolidado em 31.12.2014 e 31.12.2013

EUR

Rubricas	Notas	Períodos	
		31.12.2014	31.12.2013
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	32,105,619	31,562,807
Ativos intangíveis	6	232,756	50,487
Participações financeiras - Mét. equiv. patrimonial	5	708	708
Participações financeiras - Outros métodos		41,569	41,569
Outros Ativos financeiros		2,311	
		32,382,963	31,655,569
Ativo corrente			
Inventários	10	9,029,498	9,105,889
Clientes	16	13,430,028	12,553,886
Adiantamentos a fornecedores	16	8,201	134,382
Estado e outros entes públicos		862,260	957,266
Outras contas a receber	16	645,166	441,184
Diferimentos	16	12,401	137,673
Ativos não correntes detidos para venda		91,288	109,225
Caixa e depósitos bancários	4	2,416,493	1,425,973
		26,495,334	24,865,477
Total do Ativo		58,878,297	56,521,047
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital realizado	16	10,000,000	10,000,000
Outros instrumentos de capital próprio	16	4,653	4,653
Reservas legais	16	2,286,081	2,261,737
Outras reservas	16	7,599,629	7,001,253
Resultados transitados	16	-4,546,592	-4,224,765
Excedentes de revalorização	16;7	7,627,062	7,627,062
Outras variações no capital próprio	16	136,303	143,937
Resultado líquido consolidado do período	16	2,726,372	361,908
Interesses minoritários	16	-737,257	-794,662
Total do Capital Próprio		25,096,252	22,381,122
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16	227,163	230,907
Financiamentos obtidos	8;9	12,023,912	11,196,836
Passivos por impostos diferidos		769,531	959,591
		13,020,606	12,387,334
Passivo corrente			
Fornecedores	16	8,603,020	8,863,144
Adiantamentos de clientes	16	252,628	284,116
Estado e outros entes públicos		853,905	837,070
Financiamentos obtidos	8;9	7,435,332	8,729,776
Outras contas a pagar	16	3,408,748	2,923,874
Diferimentos		207,807	114,611
		20,761,440	21,752,591
Total do Passivo		33,782,045	34,139,924
Total do Capital Próprio e do Passivo		58,878,297	56,521,047



Demonstração consolidada dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2014 e 31.12.2013

EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	19	48,483,960	46,334,509
Subsídios à exploração	13	115,366	112,445
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	16	15	12
Variação nos inventários da produção	11	294,699	505
Trabalhos para a própria entidade		1,536,356	850,153
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	11	-23,146,309	-23,648,006
Fornecimentos e serviços externos	20	-9,125,139	-8,490,257
Gastos com pessoal	5	-11,509,408	-10,541,205
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	10	-242,201	467,435
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	16	-217,247	-36,478
Provisões (aumentos/reduções)	16	-21,162	-57,755
Outros rendimentos e ganhos	12	1,517,470	1,725,035
Outros gastos e perdas	14;17	-933,756	-2,151,356
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6,752,644	4,560,036
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7	-2,814,841	-2,866,202
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3,937,803	1,693,834
Juros e gastos similares suportados	18	-755,284	-1,206,571
Resultado antes de impostos		3,182,519	487,263
Imposto sobre rendimento do período	15	-398,742	-378,475
Resultado líquido do período		2,783,777	108,789
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe	16	2,726,372	361,908
Interesses minoritários		57,405	-253,119
		2,783,777	108,789
Resultado por acção básico		5.57	0.22

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



Demonstração consolidada Fluxos de Caixa período findo em 31.12.2014 e 31.12.2013

EUR

Rubricas	Períodos	
	2014	2,013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de clientes	53,487,557	51,560,424
Pagamentos a fornecedores	-36,568,643	-35,746,642
Pagamentos ao pessoal	-10,467,077	-9,587,409
Caixa gerada pelas operações	6,451,837	6,226,374
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-422,591	-427,730
Outros recebimentos/pagamentos	-3,147,479	-2,184,884
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	2,881,767	3,613,760
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-879,645	-1,798,286
Ativos intangíveis	-185,526	
Investimentos financeiros	-2,311	
Outros Ativos		-34,610
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	314,322	574,366
Investimentos financeiros	8,430	60,380
Juros e rendimentos similares	4,111	10,028
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-740,620	-1,188,121
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	5,246,433	5,179,080
Outras operações de financiamento		250
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-5,652,837	-6,082,510
Juros e gastos similares	-744,224	-1,222,530
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-1,150,628	-2,125,711
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	990,520	299,927
Caixa e seus equivalentes no início do período	1,425,973	1,126,046
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2,416,493	1,425,973

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2014

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	10,000,000	4,653	2,261,737	7,001,253	-4,224,765	7,627,062	143,937	361,908	23,175,784	-794,662	22,381,122
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis	7											
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17			24,344	598,377	-321,826		-7,634	-361,908	-68,647	57,404	-11,243
	2			24,344	598,377	-321,826		-7,634	-361,908	-68,647	57,404	-11,243
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								2,726,372	2,726,372		2,726,372
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								2,364,464	2,364,464	57,404	2,715,129
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prêmios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	5											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	1+2+3+5	10,000,000	4,653	2,286,081	7,599,629	-4,546,592	7,627,062	136,303	2,726,372	25,833,508	-737,257	25,096,252

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2013

EUR

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	6	10,000,000	4,653	2,255,879	6,320,771	-3,423,143	7,627,062	153,177	268,772	23,207,170	-463,322	22,743,849
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis	7											
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17			5,858	680,482	-801,622		-9,240	-268,772	-393,294	-331,340	-724,634
	7			5,858	680,482	-801,622		-9,240	-268,772	-393,295	-331,340	-724,634
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								361,908	361,908		361,908
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								93,136	93,136	-331,340	-362,726
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
	10											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	6+7+8+10	10,000,000	4,653	2,261,737	7,001,253	-4,224,765	7,627,062	143,937	361,908	23,175,784	-794,662	22,381,122

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

IX. Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas

1. Informações relativas às empresas incluídas na consolidação

1.1. Empresas incluídas na consolidação

Foram incluídas na consolidação, a empresa-mãe e todas as suas subsidiárias, que se indicam de seguida:

Firma/ Sede Social	Capital Detido	Capital Social
Oli, Srl Località Pian di Mura 25070 Casto (BS) – Itália	99,0%	1.000.000
Moldaveiro Moldes, Lda Lugar do Milão, Esgueira - Aveiro	83,0%	500.000
Soplasnor - Indústria de Plásticos do Norte, SA Rua das Poças, Lavra	79,9%	6.800.000
Nuno & Gradeço - Materiais de Construção, SA Paraimo, Sangalhos	99,07%	1.500.000

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Referencial contabilístico adotado e bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC). A comissão de normalização contabilística regulamentou os investimentos em subsidiárias e consolidação emitindo a NCRF 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação, a qual tem por base a IAS 27 – Consolidated and separate financial statements.

Os investimentos financeiros nas Demonstrações Financeiras individuais, são valorizadas de acordo com o método da equivalência patrimonial (MEP). As empresas incluídas no ponto 1 são consideradas subsidiárias, porque a empresa mãe tem uma participação superior a 50%, detendo o controlo exclusivo.

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na nota 1, efetuou-se pelo método da integração global. As transações e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de



consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no Balanço na rubrica Interesses Minoritários.

Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota 1), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear em conformidade com o período de vida útil estimado.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas. Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos na maior parte das empresas incluídas na consolidação, foram revalorizados em 2011 por uma entidade externa, denominada L2I – Investimentos Imobiliários, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.



Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas de Outros Rendimentos e Ganhos ou Outros Gastos e Perdas.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NCRF 8)

Na nossa subsidiária Soplasnor os ativos não correntes detidos para venda são os bens de equipamento básico dado que a empresa arrendou as instalações e por isso reclassificou o edifício e terrenos para ativos fixos tangíveis. Na empresa mãe os ativos detidos para venda são moldes que foram classificados como tal, porque os ativos são para venda e não estão a ser recuperados pelo uso continuado. Em 2014 ocorreu a alienação parcial destes bens. Os ativos estão disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo. A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)



Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor contratado nominal, as despesas com comissões e com a sua emissão são contabilizadas como gastos do período. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na Demonstração dos Resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes e, quando a liquidação se diferir por mais de 12 meses após a data de relato, como passivo não corrente.

No grupo apenas a empresa-mãe capitalizou juros de empréstimos obtidos, na construção do edifício no centro da cidade de Aveiro e este custo é parte integrante do ativo, porque lhe é diretamente atribuível. O montante de juros capitalizado foi determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor. Apenas temos em inventários três apartamentos e uma loja deste edifício dado que os restantes ativos foram alienados, e dois destes já se encontram reservados através de contratos de promessa de compra e venda.

IMPARIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resultem, alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, reconhecemos uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por Imparidade.

A reversão de Perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de reversões de perdas por imparidade e, efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários e dos clientes. Constatou-se que existia evidência objetiva de imparidade nos clientes e existências, por isso foi reconhecida na Demonstração de Resultados.



INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

As participações financeiras foram inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo método integral, porque as participações e o controle nas subsidiárias assim o exigem.

Na empresa-mãe os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição são contabilizados em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para reservas sempre que não é distribuído. Este ano haverá distribuição de dividendos e por isso o valor a transferir para reservas será menor. Quando a participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver assumido obrigações em nome da associada. Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na consolidação.

As políticas contábilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

Os produtos acabados e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção o qual inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. A saída é custeada pelo método do custo padrão.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

RÉDITO (NCRF 20)

A empresa reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.



O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

A empresa-mãe constituiu uma provisão para garantias a clientes, dado que os seus produtos têm um prazo de reclamação em garantia, logo há uma obrigação presente resultante de um evento passado e, é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico dos últimos três exercícios.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração nomeadamente os subsídios do sistema de apoio à investigação & desenvolvimento tecnológico e o programa de estágio e emprego, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos Resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.



IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

O grupo encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no apuramento da matéria coletável, são adicionados e deduzidos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor. O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor e, são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros - as dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As Perdas por Imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.
- Fornecedores e outras dívidas a terceiros - as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Empréstimos - os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.



- Transações e saldos em moeda estrangeira - as transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados em moeda estrangeira, são atualizadas nas datas de relato, às taxas de câmbio em vigor. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos Resultados do período em que são geradas.
- Periodizações - as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras Contas a Receber e Outras Contas a Pagar e Diferimentos.
- Caixa e Depósitos bancários - os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos Obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e participações nos lucros. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.
- Benefícios de cessação de emprego: a entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de rescisão.

3.2. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das mesmas.

4. Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

EUR

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	6,797	15,553,366	15,554,484	5,679
Depósitos à ordem	1,154,176	308,626,222	307,549,584	2,230,814
Outros depósitos bancários	265,000	815,000	900,000	180,000
Total de caixa e depósitos bancários	1,425,973	324,994,588	324,004,068	2,416,493

5. Investimentos em subsidiárias e consolidação

5.1. Movimentos significativos em subsidiárias

LISTAGEM DOS INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM SUBSIDIÁRIAS

Descrição	País de constituição / sede social	Período 2014				
		Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos	
		Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto			
Subsidiárias	Moldaveiro - Moldes LDA	Portugal	83.00%	83.0%	MEP	1,202,049
	Soplasnor-Soc. Plásticos do Norte, SA	Portugal	79.90%	79.9%	A)	4,761,000
	Oli SRL	Itália	99.0%	99.0%	MEP	5,438,221
	Nuno & Gradeço, SA	Portugal	99.07%	99.07%	MEP	185,264
Total						11,586,533

LISTAGEM DOS INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM SUBSIDIÁRIAS

EUR

Descrição	País de constituição / sede social	Período 2013				
		Interesse nas investidas		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos	
		Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto			
Subsidiárias	Moldaveiro - Moldes LDA	Portugal	83.00%	83.0%	MEP	927,251
	Soplasnor-Soc. Plásticos do Norte, SA	Portugal	79.90%	79.9%	A)	4,762,500
	Oli SRL	Itália	99.0%	99.0%	MEP	4,854,569
	Nuno & Gradeço, SA	Portugal	99.07%	99.07%	MEP	328,666
Total						10,872,986

Legenda: MEP - Método de Equivalência Patrimonial

A) Deixou de se aplicar o MEP na Soplasnor dado que já igualou o montante do investimento.

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

REMUNERAÇÕES AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

EUR

Descrição	Período 2014	Período 2013
Conselho de Administração - Oliveira & Irrão, SA	573,087	474,720
Conselho de Administração - Soplasnor, Soc. Plásticos do Norte SA		
Gerência - Moldaveiro - Moldes, Lda	113,825	97,486
Gerência - OLI SRL	174,600	119,900
Conselho de Administração - Nuno & Gradeço	27,515	27,519

6. Divulgação Ativos Intangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO DE 2014 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:						
Quantia bruta escriturada inicial	406,618		1,250,312	428,997		2,085,927
Amortizações acumuladas iniciais	406,618		1,250,312	380,193		2,037,122
Perdas por imparidade acumuladas iniciais						
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)				48,805		48,805
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)				-1,574	185,526	183,952
Total das adições					185,526	185,526
Total das diminuições				1,574		1,574
Amortizações				1,574		1,574
Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)				47,230	185,526	232,756

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO DE 2013 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Com vida útil finita:						
Quantia bruta escriturada inicial	407,849	14,837	1,250,312	428,997		2,101,995
Amortizações acumuladas iniciais	395,183	14,837	1,244,113	378,618		2,032,750
Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	12,667		6,199	50,379		69,245
Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-12,667		-4,517	-1,574		-18,758
Total das adições						
Aquisições						
Total das diminuições	12,667		4,517	1,574		18,758
Amortizações	12,667		4,517	1,574		18,758
Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)			1,682	48,805		50,487

7. Divulgação Ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2014 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial	9,227,944	20,010,489	34,833,641	1,371,344	2,175,725	1,867,379	2,618,994		72,105,516
Depreciações acumuladas iniciais		7,808,874	27,562,636	1,159,633	1,879,667	1,847,325			40,258,136
Perdas por imparidade acumuladas iniciais									
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	9,227,944	12,201,615	7,271,005	211,711	296,058	20,054	2,618,994		31,847,380
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		-458,347	500,383	100,716	-61,109	16,120	160,476		258,239
Total das adições			757,754	236,101	58,698	36,001	2,796,048		3,884,602
Aquisições em 1.º mão			757,754	207,650	48,165	36,001	2,796,048		3,845,619
Outras				8,451	10,532				18,983
Total das diminuições		942,531	2,012,269	126,934	127,333	25,894			3,234,961
Depreciações		942,531	1,579,218	-124,660	-6,484	-54,588			2,336,017
Alienações			398,408	176,349	11,133	518			586,408
Abates			21,751	75,246	122,684	73,998			293,678
Transferências de AFT em curso		500,140	1,742,006				-2,630,339		-388,193
Outras transferências		-15,956	12,892	-8,451	7,526	6,013	-5,233		-3,209
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	9,227,944	11,743,267	7,771,388	312,428	234,949	36,174	2,779,470		32,105,619



QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2013 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial	9,123,477	19,947,276	33,598,156	1,498,116	2,560,165	1,875,709	1,689,009	50,000	70,341,908.26
Depreciações acumuladas iniciais		6,902,050	25,840,609	1,270,071	2,257,356	1,836,884			38,106,969.44
Perdas por imparidade acumuladas iniciais									
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	9,123,477	13,045,226	7,757,547	228,045	302,809	38,825	1,689,009	50,000	32,234,938.82
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5)	104,467	-1,231,805	-382,814	-16,334	-6,859	-18,772	929,985	-50,000	-672,132.03
Total das adições	104,467		625,634	113,900	98,702	467	1,957,851		2,901,021.41
Aquisições em 1.ª mão	104,467		625,634	113,900	98,702	467	1,957,851		2,901,021.41
Total das diminuições		1,295,017	1,889,323	130,234	136,362	19,239			3,470,175.54
Depreciações		1,295,017	1,722,027	-110,438	-377,689	10,442			2,539,359.45
Alienações			141,860	200,744	151,303	4,039			497,945.95
Abates			25,436	39,927	362,748	4,758			432,870.14
Transferências de AFT em curso		63,213	912,435		30,802		-1,027,867		-21,417.45
Outras transferências			2,789					-50,000	-47,210.86
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	9,227,944	11,813,422	7,374,733	211,711	295,950	20,054	2,618,994		31,562,807

7.1. Divulgação sobre excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2014 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Outros AFT	Total
	Não realizada	Realizada		
Valor do excedente de revalorização no início do período		107,211	54,882	7,627,062
Depreciações		-11,963	11,963	
Valor do excedente de revalorização no fim do período		95,248	66,845	7,627,062

8. Locações

Os contratos de locação são os seguintes:

OLIVEIRA & IRMÃO, SA

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor					Período 2014	Período 2013	
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados
						Começo	Fim		
Ativos fixos tangíveis	Leasing	VW Passat	35,000	CGD LEASING	CT100047086	20-03-2011	20-03-2015	2,226	11,212
	Leasing	Prensa	281,500	CGD LEASING	CT100051140	20-07-2011	20-07-2016	95,145	151,458
	Leasing	VW Sharan	31,500	CGD LEASING	CT100053191	20-10-2011	20-10-2016	6,871	14,848
	Subtotais		348,000					104,242	177,518
Ativos fixos tangíveis	Leasing	VW Golf	26,400	BBVA	CT 15393708	21-06-2010	21-06-2014		3,899
	Subtotais		26,400						3,899
Ativos fixos tangíveis	Leasing	Eq. Informático	154,104	BNP PARIBAS	CT 31200166	07-06-2012	07-06-2017		89,986
	Subtotais		154,104						89,986
Ativos fixos tangíveis	Leasing	Eq. Industrial	344,751	BPI	CT 10026263	05-08-2012	05-08-2017	221,808	293,274
	Leasing	VW Passat	35,500	BPI	CT 1260531800	25-12-2012	20-12-2017	21,721	28,412
	Leasing	VW Sharan	40,000	BPI	CT 1360160200	25-04-2013	25-04-2018	27,020	34,466
	Leasing	Audi A6	94,000	BPI	CT 1460255800	25-06-2014	25-06-2019	83,678	
	Subtotais		514,251					354,227	356,153
	Leasing	Eq. Informático	50,000	BSTOTTA	CT 203751	15-01-2014	15-01-2019	40,791	
Leasing	VW Passat	29,700	BSTOTTA	CT 205173	15-05-2014	15-15-2019	25,982		
Subtotais		79,700					66,773		
Totais		1,122,455					525,243	627,556	



MOLDAVERO - MOLDES, LDA

EUR

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor					Período 2014	Período 2013	
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados
						Começo	Fim		
Ativos fixos tangíveis	Leasing	Audi A4	39,600	BPI LEASING	CT 1460007300	25-01-2014	25-01-2019	33,516	
	Subtotais		39,600					33,516	
Totais			39,600					33,516	

9. Empréstimos obtidos

Os empréstimos genéricos do grupo encontram-se registados pelos valores seguintes:

EUR

Descrição	31-12-2014			31-12-2013		
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total
Conta Corrente Cauionada	345,449		345,449	16,678		16,678
Programa de Papel Comercial		4,000,000	4,000,000	1,750,000	3,500,000	5,250,000
Médio e Longo Prazo	6,437,429	6,877,569	13,314,998	6,604,971	6,941,330	13,546,300
Leasing	134,987	423,773	558,760	185,533	442,023	627,556
Desconto remessas	517,467		517,467	172,595		172,595
FEDER - Candidatura nº 27024		722,570	722,570		313,483	313,483
Total	7,435,332	12,023,912	19,459,243	8,729,776	11,196,835	19,926,612

10. Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

QUANTIDADE ESCRITURADA

EUR

Descrição	31-12-2014			31-12-2013		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	3,440,561	159,628	3,280,933	3,283,998	56,842	3,227,155
Matérias-primas, subsidiarias e de consumo	2,371,078	158,927	2,212,151	2,615,932	158,927	2,457,005
Produtos acabados e intermédios	3,683,800	147,386	3,536,414	3,429,699	7,971	3,421,728
Adiantamento por conta de compras						
Total	9,495,439	465,941	9,029,498	9,329,629	223,741	9,105,889

11- Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Descrição	31-12-2014			31-12-2013		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	3,236,701	2,525,112	5,761,814	3,838,598	2,392,250	6,230,848
Compras	3,502,407	19,637,707	23,140,115	3,785,438	19,543,313	23,328,751
Reclassificação e regularização de inventários	87,601	5,241	92,842	80,100	41,660	121,760
Inventários finais	3,393,265	2,269,513	5,662,777	3,163,155	2,626,678	5,789,833
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)	3,258,243	19,888,066	23,146,309	4,380,781	19,267,225	23,648,006
Outra informação relativa a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:						
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	102,786		102,786	-1,910	-4,834	-6,744
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	112,332	57,362	169,693	47,297	101,565	148,862

12. Outros rendimentos e Ganhos

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

EUR

Descrição	Total	
	2014	2013
Rendimentos suplementares	998,651	1,135,577
Descontos de pronto pagamento obtidos	36,433	4,921
Recuperação dívidas a receber	29,000	12,160
Ganhos em inventários		2,124
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	8,437	18,774
Rendimentos e ganhos em investimentos não Financeiros	109,438	19,726
Outros	304,759	512,376
Juros obtidos	30,753	19,378
Outros rendimentos similares		
Total	1,517,470	1,725,035

13. Subsídios do Governo e apoios do governo

Relação dos subsídios do Governo da empresa mãe, relevados nas demonstrações financeiras:

RELAÇÃO DOS SUBSÍDIOS OBTIDOS

Descrição	Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas			
	Medida	Entidade concedente	Objecto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total	
IEFP - Instituto de emprego e formação profissional	Medida / Programa estágio emprego	IEFP	Financeiro	Fundo perdido	01-01-2014	31-12-2014	27,148		27,148	
Aquasave - Investigação	Sistema de Incentivos à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	Financeiro	Fundo perdido	01-09-2013	30-06-2015	24,862	143,821	168,683	
Iflush - Investigação	Sistema de Incentivos à Investigação & Desenvolvimento Tecnológico	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	Financeiro	Fundo perdido	01-01-2014	30-06-2015	19,331	84,336	103,667	
Subtotais							52,010	143,821	195,831,00	
Reembolsável	ICEP - Investimento e comércio em Portugal	POE SIME	ICEP Portugal	Financeiro	Reembolsável e fundo perdido	07-01-2002	31-12-2004	2,012,215		2,012,215
	FEDER - Fundo Europeu de desenvolvimento Regional	Sistema de Incentivos à Inovação	Agência Investimento e Comercio Externo	Financeiro	Reembolsável sem juros	05-05-2012	30-04-2015	722,570		722,570
Subtotais							2,734,785		2,734,785	
Totais							2,786,795	143,821	2,930,616	



14. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

EFETOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

EUR

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Diferenças de Câmbio		
Reconhecidas em resultados do período:		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	47,009	5,293
Diferenças de câmbio favoráveis	8,360	12,004
Líquidas e reconhecidas em capitais próprios no período		

15. Impostos sobre o rendimento

QUANTIA ESCRITURADA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

EUR

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	3,182,519	487,263
Imposto corrente	588,804	452,946
Imposto diferido	-190,061	-74,470
Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	398,742	378,475
Tributações autónomas	91,587	60,720

16. Instrumentos Financeiros

16.1. Divulgação de valores de terceiros

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	Total	
	31-12-2014	31-12-2013
Clientes	13,430,028	12,553,886
Conta Corrente	10,776,048	9,725,948
Títulos a Receber	2,822,748	2,908,778
Cobrança Duvidosa	2,338,388	2,230,398
Perdas de Imparidade	-2,507,156	-2,311,238
Adiantamentos de Clientes	252,628	284,116
Fornecedores	8,603,020	8,863,144
Adiantamentos a fornecedores	8,201	134,382
Outras contas a pagar	3,408,748	2,923,874
Pessoal	94,651	122,813
Fornecedores Investimentos	1,093,635	532,734
Credores por acréscimos de gastos- juros	43,319	58,590
Credores por acréscimos de gastos- seguros	3,981	12,215
Credores por Acréscimos de Gastos - Férias e Subsídios de Férias	1,788,794	1,623,688
Credores por Acréscimos de Gastos - Comissões	49,437	36,181
Credores por Acréscimos de Gastos - Outros	302,739	480,227
Outros Credores	32,194	57,425
Outras contas a receber	645,166	441,184
Fornecedores	28,657	9,326
Pessoal	81,056	29,363
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	225,046	225,577
Outros Devedores	310,407	176,918
Total	26,347,790	25,200,586

16.2. Provisões do exercício

Eur

Descrição	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Total
Quantia escriturada inicial	127,097	103,809	230,906
Movimentos do período (2 = 2.1-2.2)	-12,085	8,500	-3,743
Total de aumentos	38,062	8,500	46,562
Reforço	38,062	8,500	46,562
Total de diminuições	50,147		50,304
Uso	33,248	157	33,405
Reversão	16,899		16,899
Quantia escriturada final	115,012	112,152	227,163

16.3. Divulgação de informação sobre os interesses conjuntos

NUNO & GRADEÇO, SA

QUANTIA ESCRITURADA MOVIMENTO DO PERÍODO DO INTERESSE NO EMPREENDIMENTO CONJUNTO DA SUBSIDIÁRIA

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Quantia bruta escriturada inicial		52,780
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1- 2 + 3)		52,780
Movimentos do período: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3 - 5.4 + 5.5 + 5.6 - 5.7 - 5.8 - 5.9 + 5.10 + 5.11)		-52,780
Parte do investidor nos resultados da investida		
Alienações		52,780
Outros movimentos do período		
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)		

OLIVER

QUANTIA ESCRITURADA MOVIMENTO DO PERÍODO DO INTERESSE NO EMPREENDIMENTO CONJUNTO DA SUBSIDIÁRIA

Descrição	31.12.2014	31.12.2013
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1- 2 + 3)		
Movimentos do período: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3 - 5.4 + 5.5 + 5.6 - 5.7 - 5.8 - 5.9 + 5.10 + 5.11)	15	12
Parte do investidor nos resultados da investida	15	12
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	15	12

16.4. Divulgação de informação sobre o capital

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

Eur

Descrição	31-12-2014	31-12-2013
Capital próprio		
Capital	10,000,000	10,000,000
Prémios de emissão	4,653	4,653
Reservas legais	2,286,081	2,261,737
Outras reservas	7,599,629	7,001,253
Resultados transitados	-4,546,592	-4,224,766
Excedentes de revalorização	7,627,062	7,627,062
Outras variações no capital próprio	136,303	143,937
Resultado Líquido do Exercício	2,726,372	361,908
Interesses minoritários	-737,257	-794,662
Total	25,096,252	22,381,122



17. Outros gastos e perdas

OUTROS GASTOS E PERDAS		EUR	
Descrição	Total		
	2014	2013	
Impostos	110,929	115,197	
Descontos de pronto pagamento concedidos	283,180	270,873	
Dívidas Incobráveis	127,871	161,944	
Perdas em Inventários	24,618	51,659	
Gastos e Perdas nos restantes Investimentos Financeiros			
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	32,394	1,248,060	
Outros			
Correções relativas a períodos anteriores	24,952	52,846	
Donativos	39,630	46,461	
Quotizações	10,120	10,059	
Ofertas e amostras em Inventários	100,815	46,175	
Insuficiência em estimativa de Impostos	1,264	56,639	
Moldes Propriedade e participação clientes	40,096		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	46,929	5,153	
Comissões e outros gastos bancários	18,002	26,807	
Outros	72,957	59,484	
Total Outros Gastos e Perdas	933,756	2,151,355	

18. Juros e gastos similares suportados

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS		EUR	
Rubricas	Total		
	2014	2013	
Juros Suportados	755,284	1,206,571	
Total Juros e Gastos Similares Suportados	755,284	1,206,571	

19. Divulgações exigidas por diplomas legais

O código das sociedades comerciais no seu artigo 66º A e 508º F e a portaria 208/2007 de 16 de Fevereiro que cria a IES – informação empresarial simplificada exigem divulgação de informação que passamos a relatar:

19.1. Informação de garantias prestadas

GARANTIAS PRESTADAS		EUR
Garantias Prestadas	Beneficiário	Valor
Garantias Bancárias		
Caixa Geral de Depósitos	APCMC	16,000
Banco BPI	HAPAG LOYD	61,500



19.2. Informação de vendas por mercados

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

Descrição	2014				2013			
	Imobiliária	Comercial	Industrial	Total	Imobiliária	Comercial	Industrial	Total
Portugal		2,406,729	8,344,632	10,751,362	225,000	2,506,510	8,088,176	10,819,686
Outros		1,085,037	36,647,561	37,732,598		1,803,860	33,710,963	35,514,823
Total		3,491,766	44,992,193	48,483,959	225,000	4,310,370	41,799,139	46,334,509

19.3. Informação relativa a Honorários faturados

O Código das Sociedades Comerciais no seu artigo 508º F do Código das Sociedades Comerciais exige a divulgação dos serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas

HONORÁRIO FACTURADOS PELOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Descrição	2014	2013
Revisão legal das contas	22,200	22,200
Outros serviços	4,450	2,250
Totais	26,650	24,450

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração



X. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram submetemos à apreciação dos Exmos. Senhores Accionistas o nosso relatório e parecer sobre o Relatório e Contas Consolidadas elaborado pela Administração da OLIVEIRA & IRMÃO, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.
2. Tendo em vista a observância do disposto no Decreto-Lei nº. 158/2009 de 13 de Julho, procedemos ainda à análise das Certificações Legais das Contas elaboradas pelos Revisores Oficiais de Contas das sociedades incluídas na Consolidação e da Certificação Legal da Consolidação que nos foi facultada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da sociedade, documentos estes que, por merecerem a nossa concordância se dão aqui como integralmente reproduzidos.
3. Em face do exposto acima somos de parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:

O Relatório de Gestão bem como as Contas Consolidadas apresentadas pela Administração.

Aveiro, 27 de Abril de 2015

O CONSELHO FISCAL

Dr. António Maria Antas Teles

- PRESIDENTE

Engº José Luís Azevedo Cacho

- VOGAL

Dr. José Davide Teixeira Cerqueira (ROC nº. 348)

- VOGAL E ROC

XI. Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas

CARMO & CERQUEIRA | SROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da **OLIVEIRA & IRMÃO S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 58.878.297 euros e um total de capital próprio de 25.096.252 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 2.726.372 euros), a Demonstração dos Resultados Consolidados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidado, a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação do Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação, a



CARMO & CERQUEIRA | SROC

apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e, (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrange também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as Demonstrações Financeiras Consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **OLIVEIRA & IRMÃO S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações, os Fluxos de Caixa Consolidados do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício.

V.N. Gaia, 27 de Abril de 2015

CARMO & CERQUEIRA, SROC, LDA.
Representada por

José Davide Cerqueira, ROC nº 1586

Inspired by water...



Oliveira & Irmão, S.A.
Travessa de Milão
Esgueira,
3800 - 314 Aveiro, Portugal

T (+351) 234 300 200
F (+351) 234 300 210
www.oli.pt
geral@oli.pt

